cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.20 09:12:48 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira, 20, 21, 22 e 23 de novembro de 2026 • Nº 2429 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Economia circular movimenta até R$ 90,7 bilhões no Brasil

PÁGINA 5

GOLPISTAS SEM CASTIGO

Moraes pauta julgamento da Dosimetria

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes liberou para julgamento no plenário virtual da Corte, entre 4 e 15 de dezembro, as ações que contestam a chamada Lei da Dosimetria, informou o gabinete do magistrado em nota. A decisão ocorre após pedido dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para que Moraes incluísse ainda neste ano na pauta do STF a análise da dosimetria das penas dos condenados pelos atos antidemocráticos do '8 de Janeiro'. Em comunicado conjunto divulgado nesta semana, Alcolumbre e Motta "ressaltaram a importância de uma decisão do STF sobre a validade da lei aprovada pelo Congresso Nacional". Os três se reuniram na terça-feira. Moraes é relator de ações que contestam a Lei da Dosimetria, aprovada pelo Congresso em dezembro de 2025 e vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início deste ano. PÁGINA 6

CRÉDITO

BNDES injeta R$ 254 bi na economia até setembro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) injetou R$ 254 bilhões na economia, por meio de crédito, nos primeiros nove meses de 2026. O dado faz parte do resultado financeiro da instituição, divulgado ontem, em sua sede, no Rio de Janeiro. Esse montante representa crescimento de 9% em relação ao mesmo período do ano passado, sem contar a inflação do período. O total é a soma de R$ 190,5 bilhões em aprovação de financiamentos e R$ 63,6 bilhões em operações de garantias para que negócios de menor porte consigam empréstimos em bancos. As aprovações de crédito nos três primeiros trimestres representam alta de 35% em comparação com o mesmo período de 2025, também sem descontar a inflação. PÁGINA 3

AGORA É 5X2

Lula assina decreto que põe fim na escala de trabalho 6x1

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O presidente reeleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou quinta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, o decreto que regulamenta o fim da escala de trabalho 6x1. Lula afirmou que há uma "ingratidão" de algumas pessoas na compreensão do significado da redução da jornada de trabalho. "As pessoas que estão reclamando não levam em conta o que aconteceu nesses últimos 40 anos desde que aprovamos as 44 horas semanais", disse o presidente ao discursar no evento. Lula sustentou que o ganho que o mundo digital trouxe ao comércio e às empresas justifica reduzir a jornada, sem promover prejuízos ao empresariado. "Esses ganhos que os empresários tiveram com a modernidade, com a evolução tecnológica e digital não foram repassados aos trabalhadores", criticou. A emenda à Constituição que acaba com a escala 6x1 foi promulgada em 16 de outubro pelo Congresso. PÁGINA 2

MATO GROSSO

Lula regulariza terra do povo Kayapó do Cacique Raoni

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, quinta-feira, avançar no tratamento do Estado aos povos indígenas do Brasil. Segundo o presidente, no seu próximo mandato, que se inicia em 5 de janeiro, o governo irá visitar as comunidades indígenas, mapear os problemas e ajudar a solucioná-los. "Além de demarcar, é preciso a gente visitar cada comunidade indígena neste país, fazer o levantamento dos problemas que ele tem. Lula esteve no município de Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, para assinar a portaria declaratória da Terra Indígena Kapôt Nhĩnore, território do povo Mẽbêngôkre (Kayapó), ao qual pertence o Cacique Raoni Metuktire. PÁGINA 7

LIGAÇÃO COM VORCARO

Caso Master: Fachin envia à PGR citações a quatro ministros do STF

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin (**foto**), decidiu quinta-feira enviar à Procuradoria-Geral da República (PGR) quatro relatórios produzidos pela Polícia Federal (PF) sobre menções a ministros da Corte em conversas encontradas no celular de Daniel Vorcaro. Os relatórios referem-se às citações aos nomes dos ministros Alexandre de Moraes, André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli. Caberá ao procurador-geral, Paulo Gonet, avaliar o material e tomar as providências que achar necessárias, entre elas, a solicitação de arquivamento por falta de provas . PÁGINA 7

ELEIÇÃO SEM FIM

Paes cobra que TSE julgue recurso sobre 2º turno no RJ

A coligação do ex-prefeito do Rio de Janeiro e candidato ao governo do estado, Eduardo Paes (PSD) (foto) solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o julgamento sobre o recurso do segundo turno do Rio seja marcado com "a maior brevidade possível". O pedido foi apresentado na terça-feira, com o documento com as alegações finais do processo. No documento, a defesa argumenta que os votos conquistados pelo ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos) - anulados, depois do pleito, pelo indeferimento de sua candidatura - não devem corresponder aos votos "nulos" previstos no diploma constitucional. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA (0,31%) / 169.815,73 / 520,32 / Volume: 27.486.659.162 / Negócios: 4.070.086

Ativo

	Preço	%	Oscil.
MGLU3	7,95	+6,14	+0,46
BBAS3	14,62	–2,21	–0,33
COGN3	1,62	+2,53	+0,04
CSAN3	3,25	+5,18	+0,16
B3SA3	14,65	–1,08	–0,16

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
AZEV3	11,47	+31,09	+2,72
AZEV3F	11,37	+28,91	+2,55
VIVR3	3,10	+28,63	+0,69
VIVR3F	2,99	+19,60	+0,49
LJQQ3	1,14	+17,53	+0,17

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
OSXB3	1,31	–40,45	–0,89
SEQL3F	6,720	–19,71	–1,650
SEQL3	6,700	–18,89	–1,560
INEP3	1,12	–16,42	–0,22
PMAM3F	0,22	–15,38	–0,04

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	50.759,42	-1,64
S&P 500	7.340,53	-1,03
US Tech 100	26.614,4	+0,55
Euronext 100	1.875,97	-1,83
CAC 40	8.216,78	-1,62
FTSE 100	10.689,87	-1,76

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	1,47% (out.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA-15**	0,32% (out.)	Compra 6,4430	Venda: 6,6230
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(05/11)	13,75%	(05/11)	13,65%	Compra: 5,7851	+0,92%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(18/11)	0,1617%	BM&F/grama/RJ	R$ 706,38	Compra: 5,7818	Venda: 5,7824
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(18/11)	0,6625%	Compra: 6,3644	Venda: 6,3650	Compra: 5,8211	Venda: 6,0011

MERCADOS

Bovespa cai 3,5% na semana com pressão do exterior; dólar sobe

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda quinta-feira. O Índice Bovespa (Ibovespa), que chegou a oscilar perto da estabilidade, ampliou as perdas após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizar que não tem pressa para anunciar seus ministros.

O principal índice da B3 recuou 0,69%, aos 166.376,43 pontos, após tocar mínima de 165.833,29 pontos. O giro financeiro somou R$ 23 bilhões, em uma sessão marcada pela cautela dos investidores diante das indefinições sobre a condução da política econômica. Na semana, o Ibovespa acumulou queda de 3,53%.

No exterior, a perspectiva de novas altas dos juros pelo Federal Reserve (Fed) continuou reduzindo a demanda por ativos de maior risco. Esse cenário internacional desfavorável acrescentou cautela aos mercados emergentes: o EEM, maior ETF ligado a esses mercados negociado em Nova York, caiu 2%.

No Brasil, isso se somou ao já fragilizado interesse dos investidores pela renda variável. Em novembro até o dia 17, os aplicadores institucionais já sacaram R$ 1,58 bilhão da B3, enquanto os estrangeiros já retiraram R$ 5 bilhões.

DÓLAR

O dólar renovou máxima à tarde de quinta-feira, para R$ 5,9355 mesmo após a intervenção do Banco Central no câmbio. Por fim, o nível de R$ 5,9350 corresponde à maior cotação de fechamento desde 8 de abril de 2025.

O leilão de dólares à vista de US$ 1 bilhão feito pelo BC das 12h03 às 12h08 quinta-feira foi o primeiro desde dezembro de 2024 sem operação casada de swap cambial reverso. Ainda assim, o leilão não foi suficiente para conter a guinada da divisa americana.

O dólar à vista subiu 1,16%, a R$ 5,9350, acumulando valorização de 4,95% na semana, 9,01% no mês e 8,13% em 2026. Já o contrato futuro para dezembro registrava alta de 0,92%, a R$ 5,9520.

AGORA É 5X2

Lula assina decreto com o fim da escala de trabalho 6x1

GABRIEL HIRABAHASI
E FLÁVIA SAID/AE

O presidente reeleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou quinta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, o decreto que regulamenta o fim da escala de trabalho 6x1. Lula afirmou que há uma "ingratidão" de algumas pessoas na compreensão do significado da redução da jornada de trabalho.

"As pessoas que estão reclamando não levam em conta o que aconteceu nesses últimos 40 anos desde que aprovamos as 44 horas semanais", disse o presidente ao discursar no evento.

Lula sustentou que o ganho que o mundo digital trouxe ao comércio e às empresas justifica reduzir a jornada, sem promover prejuízos ao empresariado. "Esses ganhos que os empresários tiveram com a modernidade, com a evolução tecnológica e digital não foram repassados aos trabalhadores", criticou.

A emenda à Constituição que acaba com a escala 6x1 foi promulgada em 16 de outubro pelo Congresso. Na ocasião, a sessão contou com a participação do presidente Lula, que tinha na proposta uma de suas bandeiras à reeleição.

A primeira etapa da emenda constitucional entrará em vigor em 16 de dezembro, quando os trabalhadores passarão a ter direito a dois dias de descanso remunerado por semana (a escala 5x2). Além disso, a jornada de trabalho cai de 44 horas para 42 horas semanais. Doze meses depois, a jornada terá nova redução, para 40 horas semanais.

No discurso, Lula destacou que ainda está rouco e precisando "economizar as palavras". "Pensei que a rouquidão ia durar dois dias, já está durando duas semanas, e cada vez que forço voz, piora", disse.

O evento contou com a presença de vários ministros, deputados, senadores e representantes do sindicalismo. A principal ausência foi da deputada Érika Hilton (PSOL-SP), autora de uma das propostas de emenda à Constituição (PEC) que levaram à redução da jornada de trabalho. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), autor da PEC que acabou sendo votada, esteve presente.

O encontro foi fechado para a imprensa escrita - apenas cinegrafistas tiveram acesso ao local. O evento, no entanto, foi transmitido ao vivo e a Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Lula: transporte gratuito no fim de semana complementaria escala 5x2

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou quinta-feira que o governo federal vai defender a gratuidade no transporte público aos fins de semana, em todo o Brasil, para assegurar que os trabalhadores possam aproveitar as duas folgas semanais da escala 5x2.

Segundo Lula, a proposta de gratuidade nas passagens é uma medida complementar à redução da carga horária semanal – das atuais 44 horas para 42 horas, a partir de 16 de dezembro deste ano, e para 40 horas, a partir de dezembro de 2027.

"Por conta desta conquista da (redução da) jornada, vamos garantir transporte gratuito no fim de semana, para que o povo possa passear. Porque não adianta a gente dar dois dias de descanso, e a pessoa, por falta de dinheiro, ficar dentro de casa", disse Lula, quinta-feira, durante a cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a nova escala de trabalho.

Em outubro, o governo federal enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa à destinação de recursos de emendas parlamentares impositivas para o custeio da gratuidade dos serviços de transporte público coletivo urbano aos fins de semana e feriados.

A PEC do governo estabelece a destinação de, no mínimo, 26,8% do montante global anual das programações de execução obrigatória provenientes de emendas parlamentares individuais e de bancada para o custeio da gratuidade do transporte coletivo.

Segundo a Secretaria de Comunicação Social (Secom), se aprovada, a proposta resultaria na destinação, para o custeio da tarifa zero, de cerca de R$ 12 bilhões dos quase R$ 44,8 bilhões previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) em emendas parlamentares obrigatórias.

MAIS PARTICIPAÇÕES

BC altera norma sobre participação em operações no mercado

MARIANNA GUALTER/AE

O Banco Central publicou quinta-feira, alterações nas resoluções que versam sobre a participação em operações no mercado aberto. Segundo a autoridade monetária, as mudanças visam ampliar a participação de instituições financeiras nas operações do BC e atualizar procedimentos operacionais do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). As alterações passarão a valer nas operações efetuadas a partir de 30 de novembro.

Entre as mudanças está a criação de um procedimento facultativo para readequação dos valores financeiros de operações compromissadas com livre movimentação dos títulos realizadas pelo BC. Segundo a autarquia, o mecanismo permitirá que, em condições previamente definidas, seja promovido o realinhamento entre o valor da operação e o valor de mercado dos títulos envolvidos, o que contribuirá para a participação de um maior número de instituições nesse instrumento.

As mudanças também preveem a ampliação do acesso aos depósitos voluntários a prazo mantidos no BC. As instituições financeiras não liquidantes no Selic, como cooperativas de crédito, poderão utilizar diretamente esse instrumento para aplicação de recursos, por intermédio de seus liquidantes-padrão.

"A medida visa contribuir para uma gestão mais eficiente da liquidez pelas instituições financeiras por meio desse instrumento complementar de atuação no mercado aberto", diz o BC, em nota.

Foram feitos ainda ajustes operacionais e a atualização de procedimentos e nomenclaturas no regulamento do Selic, com foco em maior automação, segurança operacional e alinhamento às práticas operacionais atualmente adotadas pelo mercado financeiro.

"As medidas têm como objetivo aprimorar a administração da liquidez do sistema financeiro e promover maior competitividade e inclusão entre os participantes do mercado. A iniciativa também está alinhada às ações da Agenda BC", diz o BC.

2026

Lucro líquido BNDES cresce 18% e soma R$ 20,3 bilhões em 9 meses

PAULA MARTINI
E GABRIELA DA CUNHA/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou lucro líquido recorrente de R$ 12,3 bilhões nos primeiros nove meses de 2026, um aumento de 10% em relação ao mesmo período de 2025. Considerando os ganhos com vendas de ações registrados diretamente em lucros acumulados, o lucro líquido total somou R$ 20,3 bilhões, alta de 18% frente aos nove primeiros meses de 2025.

A diferença entre o resultado recorrente e o lucro total foi impulsionada por efeitos não recorrentes líquidos de tributos.

Entre eles, destacaram-se as receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP), que somaram R$ 2,5 bilhões - principalmente de Petrobras e JBS. Também houve R$ 5 bilhões provenientes de vendas de ações, com destaque para Petrobras (R$ 3,6 bilhões) e Copel (R$ 1 bilhão), além de operações envolvendo Axia e Copasa. Outros efeitos não recorrentes responderam por R$ 500 milhões.

Em setembro, a carteira de participações societárias do banco totalizou R$ 94,1 bilhões. As principais empresas investidas seguem sendo Petrobras, JBS, Axia e Copel.

Durante a entrevista coletiva de apresentação dos resultados, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, explicou que a venda de parte das ações da Petrobras ocorreu por uma obrigação regulatória.

"Como houve uma valorização muito grande da Petrobras, principalmente com a guerra e o preço do petróleo, a ação passou muito dos 25% da nossa carteira. Então nós tínhamos obrigação regulatória de fazer uma venda. Nós aproveitamos o momento extraordinário da recorde das ações da empresa", detalhou.

O presidente do BNDES também classificou como uma "inovação importante" a operação realizada com os papéis da Axia. Em uma oferta de conversão promovida pela companhia, o banco vendeu ações preferenciais (PN) e comprou ações ordinárias (ON), gerando um ganho de R$ 50 milhões.

"Criamos condições de participar do controle da empresa. É um valor ainda não muito expressivo, mas dentro de uma estratégia. Para nós foi um ótimo negócio, porque o preço da PN estava acima da ON. Então tivemos um ganho na operação e, além disso, ficamos com uma ação que nos interessa mais", detalhou.

DIVIDENDOS

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pagou R$ 7,6 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional neste ano, referentes ao resultado de 2025. Segundo o presidente da instituição, Aloizio Mercadante, o banco tem um resultado "muito forte" e condições de continuar contribuindo com o governo federal.

Mercadante também afirmou que o BNDES mantém o ritmo de aprovações, consultas e desembolsos, apesar das incertezas no cenário econômico internacional e da pressão sobre as taxas de juros.

Segundo ele, o banco já aprovou R$ 39 bilhões em operações do programa Brasil Soberano, e ainda há demanda a ser atendida.

Questionado sobre a possibilidade de manter o ritmo das operações no próximo ano e alcançar a meta de desembolsos equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2028, Mercadante disse não concordar com as premissas de uma perspectiva mais pessimista para a atividade econômica.

Nota

CMN PERMITE NOVAS TAXAS PARA CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou, quinta-feira, em caráter excepcional, a utilização de taxas de juros diferentes das originalmente contratadas para o cálculo do valor presente de operações de crédito reestruturadas pelas instituições financeiras. A medida está na Resolução CMN nº 5 346. A mudança permite que o Banco Central (BC) defina quais instrumentos financeiros poderão utilizar taxas alternativas e quais juros serão aplicados. Deverão servir de referência as taxas praticadas no mercado para operações com características semelhantes.

Nota

GALÍPOLO DIZ À PF QUE INFORMAÇÕES VAZAVAM PARA O MASTER APÓS REUNIÕES INTERNAS DO BC

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou em depoimento à Polícia Federal que percebeu o vazamento de informações discutidas em reuniões internas do órgão para acionistas do Banco Master, de Daniel Vorcaro. Segundo o relato, executivos o procuravam e a seus auxiliares para esclarecer suspeitas na operação da instituição financeira imediatamente após debates reservados em que as dúvidas eram levantadas. "Imediatamente (depois) que a gente fazia isso, apareciam coisas como essa que a gente comentou com um pedido de reunião que vinha deles para vir aqui esclarecer pontos que a gente havia discutido internamente. Ou apareciam documentos para tentar esclarecer aquele ponto ou coisas desse tipo", disse Galípolo em depoimento à PF. As suspeitas eram de que o então diretor de supervisão bancária, Paulo Sérgio Neves de Souza, se comunicava com o banqueiro e lhe municiava de informações privilegiadas.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CRÉDITO

BNDES injeta R$ 254 bi na economia até setembro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) injetou R$ 254 bilhões na economia, por meio de crédito, nos primeiros nove meses de 2026. O dado faz parte do resultado financeiro da instituição, divulgado ontem, em sua sede, no Rio de Janeiro.

Esse montante representa crescimento de 9% em relação ao mesmo período do ano passado, sem contar a inflação do período.

O total é a soma de R$ 190,5 bilhões em aprovação de financiamentos e R$ 63,6 bilhões em operações de garantias para que negócios de menor porte consigam empréstimos em bancos.

As aprovações de crédito nos três primeiros trimestres representam alta de 35% em comparação com o mesmo período de 2025, também sem descontar a inflação. Os desembolsos aos tomadores de crédito somaram R$ 135,9 bilhões (acréscimo de 33%).

O valor das aprovações é maior que os dos desembolsos porque parte dos recursos costuma ser liberada em etapas — as chamadas tranches – em vários anos.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou a participação crescente do banco no fomento da economia do país.

"O que esse balanço, mais uma vez, mostra é uma evolução muito sólida, muito rápida e muito promissora do BNDES. A nossa capacidade de indução e de fomento ao crédito vem crescendo expressivamente".

SETORES

O banco público, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, informou os setores da economia que tiveram aprovação de liberação de recursos de janeiro a setembro:

- Infraestrutura (inclui caminhões): R$ 75,7 bilhões;
- Agropecuária: R$ 42,9 bilhões;
- Indústria: R$ 40,8 bilhões;
- Comércio e Serviços: R$ 31,1 bilhões.

O banco destacou ainda que, dos R$ 190,5 bilhões de empréstimos aprovados, R$ 166,9 bilhões são direcionados a micro, pequenas e médias empresas (MPME), uma participação "muito forte", na avaliação da diretoria.

LUCRO

De janeiro a setembro, o BNDES alcançou lucro líquido de R$ 20,3 bilhões, com um crescimento de 18% em relação ao mesmo período de 2025.

O lucro líquido recorrente, ou seja, que exclui do cálculo eventos pontuais, como ganho com venda de ações e recebimento de dividendos de empresas investidas, ficou em R$ 12,3 bilhões, um aumento de 10% em relação a 2025.

Efeitos não recorrentes incluíram basicamente R$ 2,5 bilhões de proventos de empresas investidas, principalmente Petrobras e JBS (frigorífico), além de R$ 5 bilhões em vendas de ações (com destaque para R$ 3,6 bilhões da Petrobras e R$ 1 bilhão da Companhia Paranaense de Energia, a Copel).

O banco terminou setembro com R$ 94,1 bilhões em participação de empresas, sendo as principais Petrobras, JBS (frigorífico), Axia (antiga Eletrobras) e Copel. Essa carteira rendeu R$ 70,3 bilhões desde 2023.

FONTE DE RECURSOS

O BNDES mescla recursos próprios e do governo para financiar empresas e projetos estratégicos para o país. Mais da metade (55%) dos financiamentos são "não incentivados", isto é, são cobrados juros compatíveis com os praticados pelo mercado financeiro. Já 44% são incentivados, com taxas subsidiadas.

Na categoria incentivados, estão incluídas iniciativas como o Plano Safra, para a agropecuária; o Brasil Soberano, que apoia empresas afetadas pelo tarifaço americano; o Fundo Clima, voltado ao combate das mudanças climáticas; e o Move Motoristas, para motoristas de aplicativo e taxistas.

COMPARAÇÃO

A diretoria do BNDES apresentou comparações com outros bancos, para contextualizar a competitividade da instituição.

O lucro líquido de R$ 20,3 bilhões é o segundo entre as instituições financeiras do país, perdendo apenas para o do Itaú (R$ 36,3 bilhões) e logo à frente do Bradesco (R$ 19,2 bilhões).

Outro indicador apresentado foi o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE, na sigla em inglês para Return on Equity), de 17,6%, segundo o diretor financeiro e de mercado de capitais, Alexandre Abreu.

"O ROE é, talvez, se não a principal, uma das principais medidas de como é a lucratividade de um banco, de uma empresa. Para cada R$ 100 que se coloca no banco, retornam R$ 17,6 [de lucro]", explicou.

A diretoria ressaltou que, apesar de o BNDES ser um banco de desenvolvimento 100% estatal, apresenta o terceiro melhor ROE do mercado bancário brasileiro. Os dois primeiros foram o BTG Pactual (26,9%) e o Itaú (24,1%).

Os diretores apontaram ainda que, desde 2023, quando houve a mudança de governo e início da gestão Mercadante, a média de lucro recorrente líquido é de R$ 14,2 bilhões, 65% acima da média do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

SEM RISCO

A taxa de inadimplência, atraso de mais de 90 dias nos pagamentos, ficou em 0,05%, bem abaixo do Sistema Financeiro Nacional (4,98% geral e 0,71% para grandes empresas).

Em relação ao crédito para a agropecuária, Mercadante mencionou que o banco é rigoroso na avaliação de concessão de crédito, de forma que não é impactado pelo chamado risco moral do agro, calote que derrubou o lucro do Banco do Brasil no terceiro trimestre.

"O BNDES tem um padrão de financiamento que é discutir com rigor a qualidade do projeto, o rating [classificação de risco de crédito] das empresas", disse. "Em algumas linhas, nós somos um banco de segundo piso. Somos menos expostos ao risco direto".

Ao defender a descentralização regional de empréstimos do BNDES, Mercadante destacou que as aprovações para negócios na região Nordeste alcançaram R$ 18,1 bilhões de janeiro a setembro, avanço de 62,7% em relação ao mesmo período de 2025. No Norte, as aprovações cresceram 54%.

Ele antecipou que o banco planeja criar escritórios regionais em cada uma das regiões do país.

"Vamos ter pequenos escritórios de promoção, divulgação e de acolhimento para tentar desconcentrar ainda mais o crédito".

FORA DE MINISTÉRIO

Mercadante aproveitou o encontro com jornalistas para refutar especulações de que assumiria um ministério no quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Eu não vou ser ministro da Fazenda. Não irei para o Ministério do Planejamento", afirmou ele, que foi consultor econômico da campanha à reeleição.

Na última segunda-feira, Mercadante já havia divulgado uma nota com a negativa.

"Eu vi que o meu nome estava em primeiro na aposta para virar ministro da Fazenda, depois da minha nota, caiu para segundo", ironizou.

FRAUDE FINANCEIRA

André Esteves depõe à PF: 'Master era um banco inexpressivo'

FELIPE DE PAULA, GUSTAVO CÔRTES E VINÍCIUS VALFRÉ/AE

O chairman e sócio-fundador do BTG Pactual, André Esteves, afirmou ao delegado da Polícia Federal Albert Pavie Ribeiro que o Banco Master "sempre foi visto pelo BTG muito mais como um cliente" do que como um concorrente. "Era um banco muito pequeno, inexpressivo do ponto de vista bancário", declarou à PF em 21 de outubro na condição de testemunha.

Esteves não é investigado na Operação Compliance Zero e prestou depoimento no inquérito que apura suspeitas de cooptação de dois servidores do Banco Central pelo banqueiro Daniel Vorcaro: Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de Fiscalização e ex-chefe-adjunto do Departamento de Supervisão Bancária (Desup), e Belline Santana, ex-chefe de departamento na área de supervisão bancária.

Como revelou o Estadão, a PF intimou Esteves a depor após o nome do banqueiro ter sido citado no depoimento do ex-diretor Paulo Sérgio.

Em depoimento de 16 minutos, o delegado Albert Pavie Ribeiro questionou Esteves se, em reuniões com Paulo Sérgio e Belline Santana, os ex-servidores do Banco Central haviam demonstrado conhecimento prévio de possíveis irregularidades apontadas pelo BTG Pactual no Master.

O delegado mencionou que, segundo o relato de Paulo Sérgio, parte dos achados apresentados pelo banco já era conhecida pela autoridade monetária. Esteves ponderou que as informações levadas ao BC não eram conclusivas. "Os nossos achados, eles na verdade eram menos achados e mais dúvidas. Nós expressamos aquilo que a gente tinha dúvida, que podiam ser indícios de irregularidade", afirmou.

O banqueiro ressaltou que não tinha acesso ao mesmo nível de informações do BC e que o BTG não chegou a realizar uma auditoria aprofundada sobre o Master. "A gente não tinha a precisão de informações que supostamente o regulador tem, ou mesmo se tivesse uma firma de auditoria, coisa do tipo, que não aconteceu", afirmou.

"Como eu disse, nós não fizemos, não chegamos a fazer o due diligence. O due diligence é um processo longo, envolve várias semanas, empresas de auditoria, escritórios de advocacia, não teve nada disso", acrescentou.

Segundo Esteves, as incertezas identificadas pelo BTG inviabilizaram uma eventual aquisição do Master, diante da dificuldade de dimensionar os riscos envolvidos na operação. "O que nós levamos eram apenas as nossas dúvidas e o fato de que, com aquelas dúvidas, era impossível a gente promover uma aquisição, ou seja, uma solução de mercado, porque nós não tínhamos visibilidade de qual era o tamanho do problema, caso tivesse um problema", afirmou.

Esteves explicou que o interesse do BTG em avaliar uma possível aquisição estava relacionado à experiência da instituição na compra de ativos de instituições financeiras em dificuldades.

ATAQUE CIBERNÉTICO

JPMorgan Chase, Visa e Mastercard confirmam vazamento de dados

Informações pessoais de milhares de clientes do JPMorgan Chase vazaram na internet quinta-feira, após fornecedores terceirizados do banco serem alvo de um ataque cibernético. O vazamento não tem relação com a interrupção dos serviços bancários registrada no início desta semana, e os dados comprometidos não incluíam informações de cartões de crédito nem informações pessoais particularmente sensíveis, segundo o banco. Os dados vazados parecem consistir principalmente em endereços de e-mail de clientes do Chase e de alguns funcionários do banco, além de números de telefone em determinados casos. "Tomamos conhecimento de que terceiros que prestam serviços à instituição foram alvo de um ataque cibernético", afirmou Joe Evangelisti, porta-voz do banco. "Com base em nossa investigação até o momento, acreditamos que os invasores acessaram determinados dados de marketing armazenados por esses fornecedores, que podem incluir nomes e endereços de e-mail de alguns clientes." Visa e Mastercard também confirmaram o vazamento de dados, mas afirmaram que o ataque não afetou suas operações nem as informações de pagamento dos clientes.

As contas afetadas, que somam milhares, representam apenas uma pequena parcela da base de clientes do Chase. O banco possui dezenas de milhões de clientes, enquanto Visa e Mastercard atendem bilhões.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.98/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (INUSMOS COMPATÍVEIS COM MONITOR GE MODELO B40) (09 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.004960/2026-61. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 02/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.66/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CIMENTO ORTOPÉDICO DE 40 GR SEM ANTIBIÓTICO COM SECAGEM NORMAL E OUTROS) (04 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.000672/2026-38. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 03/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.373/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHÃO, CAPA DE COLCHÃO E OUTROS (03 ITENS 01 GRUPO),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.006782/2026-11. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 03/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.250/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (COLETOR DE URINA E OUTROS) (06 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.014273/2025-73. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 04/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.140/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DO MATERIAL (Equipo especial e Cateter Periférico) por REPETIÇÃO (02 ITENS),** estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.004358/2026-24. Abertura da sessão pública às **10h** do **dia 03/12/2026**, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br** assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.
CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. ("Sociedade") convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de novembro de 2026, às 10:00h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para deliberar sobre as alterações (i) da natureza societária, de Limitada Simples para Limitada Empresária, com transferência do registro da Sociedade do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro para a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro; (ii) da denominação social para OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS PARTICIPAÇÕES LTDA.; (iii) do endereço da sede da Sociedade para Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20020-010; (iv) do objeto social da Sociedade para atuação na participação, sob qualquer forma, em outras sociedades com sede no país ou no exterior, quaisquer que sejam os seus objetos sociais; e (v) do valor nominal da quota para R$ 0,01 (um centavo de real), permanecendo inalterado o valor do capital social da Sociedade.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2026.
MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

PROURB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ/MF nº 00.324.391/0001-08 | NIRE 33.2.0534438-8
Edital de Convocação para Reunião de Sócios

São convocados os sócios da PROURB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ("Sociedade") para Reunião de Sócios a ser realizada no dia 27 de novembro de 2026, às 10:30 horas, em primeira convocação, com a presença de sócios representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Jardim Botânico, nº 657, Sala de Reunião nº 2, CEP 22470-050, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) exame, discussão e deliberação sobre as contas da administração, o balanço patrimonial e os resultados econômicos da Sociedade referentes ao exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberação sobre a dissolução da Sociedade e sua entrada em liquidação; e (iii) caso aprovada a dissolução, nomeação de liquidante, definição de seus poderes e atribuições e adoção das demais providências necessárias ao processo de liquidação. Aviso aos Sócios: (i) os documentos relativos às contas da administração da Sociedade, incluindo os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados referentes aos exercícios sociais objeto do item (i) da Ordem do Dia estarão à disposição dos sócios, mediante solicitação enviada ao endereço eletrônico prourb.ep@gmail.com; e (ii) solicita-se a todos os sócios que confirmem ou, se necessário, atualizem seus dados cadastrais e de contato, perante a Sociedade, incluindo endereço físico, endereço eletrônico e telefone até a data da Reunião, enviando para o mesmo endereço eletrônico, para fins de atualização dos registros societários e para assegurar o recebimento das comunicações da Sociedade.

Rio de Janeiro - RJ, 18 de novembro de 2026
Renata Salvador de Melo – Sócia Administradora

GRÁFICA EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A.
CNPJ/MF nº 33.267.642/0001-00 - NIRE: 33.3.0009392-3
CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

A Diretoria da Gráfica Editora Jornal do Comércio S.A., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a realizarem-se, cumulativamente, no dia 04/12/2026, às 10h, na sede social da Companhia, à Rua Fonseca Teles, nº 114, bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Extraordinária: a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024; b) destinação dos resultados dos exercícios findos; c) reforma do Estatuto Social, para alteração do endereço da sede social; II - Ordinária: a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; b) destinação do resultado do exercício findo; c) eleição da Diretoria para o biênio 2026/2028 e fixação dos seus honorários; e, d) assuntos gerais. Rio de Janeiro - RJ, 23/11/2026. **Josemar Gimenez de Resende** - Diretor-Presidente.

São Paulo

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 20º 85% 05:13 18:30

DOENÇA

SP começa na segunda-feira a aplicar vacina contra a mpox

BÁRBARA MARQUES/AE

O Estado de São Paulo recebeu mil doses da vacina contra a mpox enviadas pelo Ministério da Saúde. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP), a distribuição começa nessa segunda-feira, com 600 doses destinadas à capital.

As demais serão encaminhadas aos Grupos de Vigilância Epidemiológica, responsáveis pelo repasse aos municípios.

A divisão considera a população elegível para a vacinação e o cenário epidemiológico de cada região.

QUEM PODE RECEBER A VACINA?

Segundo a secretaria, a vacinação segue os critérios do Programa Nacional de Imunizações e contempla:

- Pessoas que vivem com HIV/Aids e apresentam maior comprometimento do sistema imunológico;
- Usuários de profilaxia pré-exposição ao HIV, a PrEP;
- Profissionais de laboratório com exposição ao vírus;
- Pessoas que tiveram contato de médio ou alto risco com casos suspeitos ou confirmados, após avaliação dos serviços de saúde.

Quem pertence a esses grupos deve procurar a unidade de saúde de referência para verificar a elegibilidade e receber orientação sobre onde se vacinar.

QUAIS SÃO OS SINTOMAS DA MPOX?

Causada pelo vírus MPXV, a doença pode provocar lesões na pele, acompanhadas ou não de febre, fraqueza, ínguas, dores musculares e dor de cabeça.

A transmissão ocorre principalmente pelo contato próximo com lesões e mucosas de pessoas infectadas. Objetos recentemente contaminados também podem transmitir o vírus.

Diante de sintomas suspeitos, a orientação é procurar atendimento. Para reduzir a transmissão, a secretaria recomenda evitar contato íntimo com pessoas com lesões, manter a higiene das mãos e não compartilhar objetos pessoais.

Em caso de suspeita ou confirmação, o isolamento deve seguir a orientação da equipe de saúde.

Vacinação ocorre em meio ao avanço de uma linhagem do vírus.

Como mostrou o Pulsa, especialistas acompanham o aumento da circulação do clado Ib, uma linhagem do vírus da mpox, no Brasil

Embora tenha sido associado a quadros mais graves em países africanos, esse comportamento não se reproduz necessariamente em outros locais. "Os dados disponíveis mostram que ambos podem provocar quadros graves, especialmente em pessoas imunossuprimidas", explicou Igor Marinho, infectologista dos Hospitais São Camilo de São Paulo, ao comparar os clados Ib e Iib.

O Ministério da Saúde também anunciou a aquisição de 25 mil doses para reforçar o estoque estratégico nacional. A negociação ocorreu em um cenário de escassez mundial do imunizante, produzido pela empresa dinamarquesa Bavarian Nordic.

GUARULHOS

Governo de SP avança em obra que beneficiará mais de 400 mil

Com aproximadamente 1,2 quilômetro de extensão e 1.800 milímetros de diâmetro, o Interceptor Caracol ampliará a capacidade de captação e transporte dos efluentes da região, encaminhando-os para tratamento na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Parque Novo Mundo

A implantação do Interceptor Caracol, em Guarulhos, na Grande São Paulo, vai ampliar a estrutura de coleta e transporte de esgoto e beneficiar mais de 400 mil pessoas. Com investimento da Sabesp de R$ 47 milhões, a obra faz parte do Integra Tietê, iniciativa do Governo de São Paulo considerada o maior programa de limpeza e desassoreamento de corpos hídricos do Estado, e faz parte de um conjunto de intervenções da Sabesp para ampliar a coleta e o tratamento de esgoto no município. Na quinta-feira, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, realizou uma visita técnica ao empreendimento.

Com aproximadamente 1,2 quilômetro de extensão e 1.800 milímetros de diâmetro, o Interceptor Caracol ampliará a capacidade de captação e transporte dos efluentes da região, encaminhando-os para tratamento na Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Parque Novo Mundo, que também passa por obras de modernização e ampliação. O empreendimento atenderá 136 mil economias e tem previsão de conclusão em dezembro deste ano. As obras tiveram início em março.

"Guarulhos está recebendo um conjunto expressivo de investimentos em saneamento, resultado de um planejamento que olha para as necessidades atuais do município e prepara sua infraestrutura para o futuro. Estamos ampliando redes, modernizando estações de tratamento e fortalecendo todo o sistema de esgotamento sanitário. Esse trabalho é fundamental para acelerar a universalização dos serviços, recuperar nossos rios e proporcionar melhores condições de vida à população", afirmou a secretária Natália Resende durante a visita técnica. Natália Resende, secretária da Semil, durante vista ao Interceptor Caracol – Foto: Divulgação/Governo de São Paulo

O empreendimento integra um conjunto de quatro contratos do programa Integra Tietê em Guarulhos, que totalizam R$ 796 milhões em investimentos da empresa. Essas intervenções contemplam a implantação de aproximadamente 72 quilômetros de tubulações coletoras e duas estações elevatórias de esgoto, formando uma estrutura que ampliará a capacidade de coleta e encaminhamento dos efluentes para tratamento. As obras beneficiarão diretamente cerca de 408 mil pessoas e contribuirão para a melhoria da qualidade das águas de importantes cursos d'água da região, como o Ribeirão dos Cubas, o Ribeirão dos Cabos e o córrego Cocaia Japoneses.

A ETE Parque Novo Mundo, localizada no limite entre Guarulhos e a capital paulista, também passa por obras de modernização e ampliação. A unidade receberá o esgoto transportado pelo Interceptor Caracol e terá sua capacidade de tratamento ampliada dos atuais 2,5 m^3/s para 6,2 m^3/s, um aumento de aproximadamente 150%. O projeto prevê ainda a implantação da tecnologia Nereda, baseada em biomassa granular aeróbia, que oferece vantagens em eficiência, sustentabilidade e custo-benefício em comparação aos sistemas convencionais de tratamento de efluentes.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CLASSE SÊNIOR E DA CLASSE SUBORDINADA, SENDO A CLASSE SÊNIOR EM 6ª (SEIS) SÉRIES, DA 163ª DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da classe Sênior e da Classe Subordinada, sendo a Classe Sênior em 6ª (seis) Séries, da 163ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários Para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 163ª (Centésima Sexagésima Terceira) Emissão, da Classe Sênior e da Classe Subordinada, sendo a Classe Sênior em 6ª (seis) séries, da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Mar Turquesa Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e pela Vitacon Participações S.A.*", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia **15 de dezembro de 2026, às 16 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não declaração de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (ii) do Termo de Securitização, Cláusula 10.1 e subitem (ii) do "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 6 (seis) Séries, para Colocação Privada, da Mar Turquesa Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda*." ("Notas Comerciais – Mar Turquesa"), bem como da Cláusula 9.1, subitem (ii) do "*Termo da 9ª (nona) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Colocação Privada, da Vitacon Participações S.A*" ("Notas Comerciais – Vitacon Participações"), em decorrência do **descumprimento das obrigações** não pecuniárias listadas no **ANEXO I** da presente Ata de Assembleia; (ii) Caso aprovado o item (i) acima da Ordem do Dia, conceder o prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da realização da presente Assembleia, para a entrega do Ato Societário da Oceano Negro devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, com a comprovação da outorga da CF das Distribuições; (iii) Caso aprovado o item (i) acima da Ordem do Dia, conceder o prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da data da realização da presente Assembleia, para a entrega da via registrada do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e de eventuais aditamentos perante o 2º RGI/SP, bem como para a entrega da via registrada do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis (Imóveis Adicionais) e de seus eventuais e respectivos aditamentos perante o 1º RGI/SP (iv) Caso aprovado o item (i) acima da Ordem do Dia, conceder o prazo adicional de 15 (quinze) dias, contados da data da realização da presente Assembleia, para a entrega das Certidões Negativas de Débitos (CND) de IPTU referentes aos Imóveis de Garantia Adicional (v) Aprovar a não declaração de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (ii) do Termo de Securitização, Cláusula 10.1 e subitem (ii) do "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 6 (seis) Séries, para Colocação Privada, da Mar Turquesa Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda*." ("Notas Comerciais – Mar Turquesa"), bem como da Cláusula 9.1, subitem (ii) do "*Termo da 9ª (nona) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Colocação Privada, da Vitacon Participações S.A*" ("Notas Comerciais – Vitacon Participações"), em virtude do cumprimento intempestivo das obrigações não pecuniárias dispostas no **ANEXO II** da presente Ata de Assembleia; (vi) Aprovar a retificação da Cláusula 3.1.1, subitem (ii) do "*Instrumento Particular De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios Em Garantia E Outras Avenças*" ("Cessão Fiduciária – Oceano Negro"), para que passe a vigorar com a seguinte redação: *3.1.1 A Securitizadora será responsável por acompanhar e monitorar a gestão dos Direitos Creditórios, de acordo com o disposto nos Lastros. Para tanto, a Fiduciante, sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste instrumento e nos Documentos da Operação, se obriga a enviar ao Agente de Monitoramento e à Fiduciária: [...] (ii) Balancetes da Fiduciante, trimestralmente, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do término de cada trimestre.* (vii) Aprovar a retificação da Cláusula 6.4.3, subitem (ii) do Termo de Emissão (Mar Turquesa), para que passe a vigorar com a seguinte redação: *6.4.3. A Devedora se obriga, ainda, a constituir uma garantia adicional sobre um ou mais imóvel(is) Garantia Adicional(is), sendo que: [...] (ii) caso os o(s) Imóvel(is) Garantia Adicional(is) mencionados no item (i) acima tenham valor de avaliação forçada dos Imóvel(is) Garantia inferior a R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), a Devedora deverá: (a) constituir R$ 3.500.000,00 (três milhões e meio de reais) até a data da primeira integralização dos CRI; (b) e o valor remanescente, que perfaz o montante de R$ 3.500.000,00 (três milhões e meio de reais), deverá ser constituído até abril de 2027 ou no momento em que o Loan-to-Value (LTV) da Operação ultrapassar 50% (cinquenta por cento), o que ocorrer primeiro, a Devedora e/ou o respectivo Garantidor AFI se obrigam a comprovar a prenotação de AFI sobre outro(s) Imóvel(is) Garantia Adicional(is) que, em conjunto com aqueles mencionados no item (i) acima, somem valor de avaliação forçada dos Imóvel(is) Garantia equivalente a R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), apurado conforme laudo de avaliação emitido por uma das Empresas de Avaliação Autorizadas, observado, no entanto, que o laudo de avaliação mencionado no item "i" acima deverá ser atualizado anualmente para fins de apuração do valor total de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) mencionado neste item para todos os imóveis adicionais dados em garantia.* (viii) Caso aprovados os itens (vi) e (vii) acima, o aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária e o aditamento ao Termo de Emissão (Mar Turquesa) deverão ser devidamente formalizados em até 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período apenas para fins de exigências cartorárias, contados da data da realização da presente Assembleia. Fica consignado que a Securitizadora, o Agente Fiduciário, e as demais Partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, estão autorizados a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI Pirelli", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. São Paulo, 17 de novembro de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização e de Distribuição

---

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA FORMAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM CLASSE ÚNICA, EM SÉRIE ÚNICA, DA 130ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Classe Única, em Série Única, da 130ª (Centésima Trigésima) Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, 4º andar, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Jardim Paulistano, CEP 01451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 130ª (Centésima Trigésima) Emissão, em Classe Única, em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela A.Life Entertainment Group S.A.*", celebrado em 25 de fevereiro de 2025 entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Cláusula 15.13 do Termo de Securitização e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a manifestarem seu voto, por meio de processo de consulta formal, escrita e eletrônica, sem necessidade de reunião ("Consulta Formal"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de participação presencial, sobre a Ordem do Dia abaixo. Para os devidos fins, esclarece-se que a presente convocação se refere exclusivamente a processo de **Consulta Formal**, **não sendo realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI, reunião ou videoconferência**. O Período de Manifestação dos Titulares dos CRI ("Período de Manifestação") terá início em 23 de novembro de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília) e término em 02 de dezembro de 2026, às 18:00 horas (horário de Brasília), observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias previsto na Cláusula 15.13 do Termo de Securitização e no artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60. A Securitizadora informa que possui os sistemas e controles necessários para a realização da Consulta Formal, nos termos da Cláusula 15.11.1 do Termo de Securitização, sendo os votos recebidos exclusivamente por meio eletrônico, na forma abaixo. A presente Consulta Formal substitui, para todos os fins legais e regulamentares, a realização de Assembleia Especial de Titulares dos CRI em reunião, nos termos do artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60 e da Cláusula 15.13 do Termo de Securitização. As deliberações tomadas no âmbito da Consulta Formal, observados os quóruns, prazos e demais requisitos previstos no Termo de Securitização e na regulamentação aplicável, constituirão deliberações válidas e eficazes da Assembleia Especial de Titulares dos CRI, produzindo os mesmos efeitos jurídicos daquelas tomadas em assembleia realizada de modo presencial ou digital, e, nos termos da Cláusula 15.21 do Termo de Securitização, vincularão a Emissora e obrigarão todos os Titulares dos CRI, independentemente de terem se manifestado na Consulta Formal ou do voto proferido. A Consulta Formal tem por objeto deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Aprovação da não declaração do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais e, consequentemente, dos CRI, conforme previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii) do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.37.2, subitem (ii), do "*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da A.Life Entertainment Group S.A.*", celebrado em 25 de fevereiro de 2025, conforme posteriormente aditado ("Termo de Emissão"), em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária consistente na outorga da procuração prevista no Anexo II do "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*", celebrado em 14 de março de 2025, conforme posteriormente aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), a ser outorgada em favor da Securitizadora, nos termos da Cláusula 6.11 do referido contrato; **(ii)** Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia, aprovação do prazo adicional de 120 dias contados do término do Período de Manifestação, para regularização da referida obrigação; **(iii)** Aprovação da não declaração do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais e, consequentemente, dos CRI, conforme previsto na Cláusula 10.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 7.37.2, subitem (ii), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento da obrigação não pecuniária do registro, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), da ata da Reunião de Sócios da Irajá Controle Ltda., na qualidade de alienante, realizada em 14 de março de 2025, conforme previsto no Considerando (vii) do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, cujo prazo adicional para regularização foi aprovado na Assembleia Especial de Titulares dos CRI realizada em 02 de dezembro de 2025; e **(iv)** Caso aprovada a deliberação prevista no item (iii) da Ordem do Dia, aprovação de prazo adicional de 60 dias contados do término do Período de Manifestação, para regularização das referidas obrigações. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticar todo e qualquer ato, bem como a celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários à efetivação e implementação das matérias a serem aprovadas acima. Instruções Gerais: A manifestação de voto deverá ser realizada por meio da Instrução de Voto (Anexo I a este edital), disponível nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br), devidamente preenchida, datada e assinada eletronicamente (ou por outro meio igualmente eficaz de identificação do Titular dos CRI), a ser enviada, até o término do Período de Manifestação, para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Instrução de Voto – Consulta Formal – CRI Alife Nino (130)". Juntamente com a Instrução de Voto, deverão ser enviados os documentos de representação, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; (c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na Consulta Formal. Somente poderão votar os Titulares dos CRI inscritos nos registros dos CRI na data da convocação, nos termos da Cláusula 15.19 do Termo de Securitização, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, nos termos da Cláusula 15.6 do Termo de Securitização e do artigo 31 da Resolução CVM 60. Cada CRI em Circulação corresponderá a 1 (um) voto, nos termos da Cláusula 15.14 do Termo de Securitização. Não poderão votar as pessoas indicadas na Cláusula 15.18 do Termo de Securitização, observado o disposto na Cláusula 15.18.1 do Termo de Securitização. Cabe a cada Titular dos CRI verificar e declarar, na Instrução de Voto, a existência de eventual conflito de interesses ou impedimento de voto em relação às matérias da Ordem do Dia, ficando impedido de votar enquanto perdurar tal situação. Caso o Titular dos CRI envie mais de uma Instrução de Voto, prevalecerá a última recebida dentro do Período de Manifestação. Instruções recebidas após o término do Período de Manifestação, sem assinatura ou desacompanhadas dos documentos de representação não serão computadas, e a ausência de manifestação não será considerada voto favorável. Caso o Titular dos CRI assinale mais de uma opção ou deixe de assinalar opção para determinada matéria da Ordem do Dia, sua manifestação será considerada abstenção em relação à respectiva matéria. Na hipótese de prorrogação ou reabertura do Período de Manifestação, ou de realização de nova Consulta Formal sobre as mesmas matérias da Ordem do Dia, as Instruções de Voto validamente recebidas permanecerão válidas e eficazes e serão consideradas na apuração, independentemente de nova manifestação, salvo se expressamente revogadas ou substituídas pelo respectivo Titular dos CRI, desde que não haja alteração do conteúdo das matérias da Ordem do Dia. Caso a totalidade dos Titulares dos CRI em Circulação apresente sua manifestação antes do término do Período de Manifestação, a Consulta Formal poderá ser encerrada antecipadamente pela Securitizadora, procedendo-se à apuração dos votos. As deliberações serão aprovadas por Titulares dos CRI que representem o quórum previsto nas Cláusulas 15.19 e 15.20 do Termo de Securitização, conforme aplicável a cada matéria da Ordem do Dia, não sendo computados os votos em branco para efeito de quórum de deliberação, nos termos da Cláusula 15.14 do Termo de Securitização. Encerrado o Período de Manifestação, a Securitizadora, com o acompanhamento do Agente Fiduciário, apurará os votos em até 2 (dois) Dias Úteis e divulgará o resultado aos Titulares dos CRI, por meio da página da Securitizadora na rede mundial de computadores, sendo a respectiva ata de apuração encaminhada à CVM por meio do Sistema IPE. Para todos os fins, inclusive para a formalização da respectiva ata, a data de término do Período de Manifestação será considerada a data de realização da Assembleia Especial de Titulares dos CRI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br), do Agente Fiduciário ([www.oliveiratrust.com.br]) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como a Instrução de Voto, as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da Consulta Formal. Eventuais esclarecimentos adicionais sobre a presente Consulta Formal poderão ser solicitados à Securitizadora, pelo e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, e ao Agente Fiduciário, pelo e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 23 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

---

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535

EDITAL DE ADIAMENTO E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº1.234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora"), CONVOCA os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 43ª (quadragésima terceira) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização*", celebrado em 04 de maio de 2023 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e do § 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a se reunirem em 2ª (segunda) convocação, para a Assembleia Especial de Investidores, que **será realizada no dia 09 de dezembro de 2026, às 16:30 horas, em razão do adiamento da Assembleia Especial de Investidores originalmente convocada, em 2ª (segunda) convocação, para o dia 23 de novembro de 2026, às 16:30h, nos termos do edital publicado em 06 de novembro de 2026 no jornal "Diário do Acionista"**, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma *Teams*, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AEI"): **(i)** aprovar a inclusão de previsão de que eventual substituição dos Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização) possa ser requerida pela RTDR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Balneário Camboriú, no estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1, CEP 88.330-063, inscrita no CNPJ sob o nº 09.222.901/0001-00 ("Devedora"), a qualquer tempo, desde que os novos recebíveis observem os mesmos critérios de elegibilidade aprovados na Assembleia Especial de Investidores, realizada em 07 de agosto de 2026 ("AEI Anterior"), a saber: (i) poderão ser performados ou não performados; (ii) para fins de verificação de inadimplência, serão considerados exclusivamente os inadimplementos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias; e (iii) deverão ser considerados para fins de composição da Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), sem necessidade de que os referidos Recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo devedor da Emissão, observado que, caso a Razão Mínima de Garantia (conforme definido no Termo de Securitização) esteja sendo cumprida, não haverá necessidade de substituição e/ou inclusão de novos Recebíveis, mas tão somente a liberação dos atuais Recebíveis; **(ii)** aprovar a substituição dos seguintes Recebíveis: (a) MAR.2103; (b) MAR.2603; (c) MAR.2803; (d) MAR.3301; e (e) MAR.37013, pelos seguintes novos recebíveis: (a) LAT.1502; (b) LAT.4701; (c) LAT.1602; e (d) LAT.1001, com a consequente substituição do Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização), sendo certo que o referido anexo passará a vigorar nos termos do Anexo II à ata de assembleia; **(iii)** aprovar a possibilidade para que os CRI que não se enquadrem na definição de "CRI em Circulação" sejam cancelados, sem liquidação financeira mediante a retirada das respectivas quantidades do ambiente da **B3 – BOLSA, BRASIL, BALCÃO**, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM para prestação de serviços de custódia de ativos escriturais e liquidação financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, CEP 01010-901, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25 e a correspondente baixa nos registro dos Escriturador dos CRI (conforme definido no Termo de Securitização); **(iv)** aprovar a contratação, pela Emissora, do escritório **PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), para atuar como assessor legal, nos termos da proposta constante do Anexo I da ata de assembleia, cujos custos serão suportados com os recursos do Patrimônio Separado, para celebração de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários, bem como autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em conjunto, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item acima. Ficam mantidos os demais termos e condições do edital de segunda convocação publicado em 06 de novembro de 2026 no jornal "Diário do Acionista", inclusive a Ordem do Dia, alterando-se exclusivamente a data de realização da Assembleia, adiada do dia 23 de novembro de 2026, às 16:30h, para o dia 09 de dezembro de 2026, às 16:30 horas. As Instruções de Voto e os documentos de representação já enviados para a Assembleia originalmente convocada para o dia 23 de novembro de 2026 serão aproveitados na Assembleia ora adiada, desde que o conteúdo das deliberações e manifestações de voto não tenha sido alterado, ficando facultado ao Titular dos CRI o envio de nova Instrução de Voto. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRI embraed 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Titulares de CRI, nas páginas da Emissora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Emissora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo – SP, 19 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

---

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA FORMAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Cláusula 19.22 do Termo de Securitização e da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a manifestarem seu voto, por meio de processo de consulta formal, escrita e eletrônica, sem necessidade de reunião ("Consulta Formal"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de participação presencial, sobre a Ordem do Dia abaixo. Para os devidos fins, esclarece-se que a presente convocação se refere exclusivamente a processo de **Consulta Formal, não sendo realizada Assembleia Especial de Titulares dos CRI, reunião ou videoconferência**. O Período de Manifestação dos Titulares dos CRI ("Período de Manifestação") terá início em 20 de novembro de 2026, às 10:00 horas (horário de Brasília) e término em 30 de novembro de 2026, às 18:00 horas (horário de Brasília), observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias previsto no artigo 30, parágrafo 5º, da Resolução CVM 60. A Securitizadora informa que possui os sistemas e controles necessários para a realização da Consulta Formal, nos termos da Cláusula 19.22 do Termo de Securitização, sendo os votos recebidos exclusivamente por meio eletrônico, na forma abaixo. A Consulta Formal tem por objeto deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ix) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio do "habite-se" dos Imóveis Alienação Fiduciária, nos termos do referido dispositivo; (ii) Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia acima, aprovar prazo adicional de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria na Consulta Formal, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (iii) Aprovar, em caráter extraordinário, a liberação dos recursos excedentes apurados na verificação de novembro de 2026 (após o atendimento integral da ordem de prioridade de pagamentos prevista na Cláusula 15.22 do Termo de Securitização), ainda que se verifique o descumprimento da obrigação prevista na Cláusula 4.12 do Contrato de Cessão Fiduciária na referida data de verificação, dispensando-se excepcionalmente a retenção de tais recursos. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticarem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A manifestação de voto deverá ser realizada por meio da Instrução de Voto (Anexo I a este edital), disponível nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br), devidamente preenchida, datada e assinada eletronicamente (ou por outro meio igualmente eficaz de identificação do Titular dos CRI), a ser enviada, até o término do Período de Manifestação, para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Instrução de Voto – Consulta Formal – CRI Fametro 59". Juntamente com a Instrução de Voto, deverão ser enviados os documentos de representação, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Consulta Formal. Somente poderão votar os Titulares dos CRI detentores dos CRI na data da convocação, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 31 da Resolução CVM 60. Cada CRI em circulação corresponderá a 1 (um) voto. A Devedora e/ou suas partes relacionadas não poderão participar do processo de deliberação e apuração dos votos. Caso o Titular dos CRI envie mais de uma Instrução de Voto, prevalecerá a última recebida dentro do Período de Manifestação. Instruções recebidas após o término do Período de Manifestação, sem assinatura ou desacompanhadas dos documentos de representação não serão computadas, e a ausência de manifestação não será considerada voto favorável. As deliberações serão aprovadas por Titulares dos CRI que representem o quórum previsto no Termo de Securitização para as matérias da Ordem do Dia. Encerrado o Período de Manifestação, a Securitizadora, com o acompanhamento do Agente Fiduciário, apurará os votos e divulgará o resultado aos Titulares dos CRI, por meio da página da Securitizadora na rede mundial de computadores, sendo a respectiva ata de apuração encaminhada à CVM por meio do Sistema IPE. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br), do Agente Fiduciário (www.oliveiratrust.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como a Instrução de Voto, as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções referentes ao sistema e formato da Consulta Formal. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 19 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

Manhã Tarde Noite 35º 22º 65% 05:03 18:19

PRIMAVERA: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

ELEIÇÃO SEM FIM

Paes cobra que TSE julgue recurso sobre 2º turno no RJ

LÓREN SOUZA/AE

A coligação do ex-prefeito do Rio de Janeiro e candidato ao governo do estado, Eduardo Paes (PSD) (**foto**) solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o julgamento sobre o recurso do segundo turno do Rio seja marcado com "a maior brevidade possível". O pedido foi apresentado na terça-feira, com o documento com as alegações finais do processo.

No documento, a defesa argumenta que os votos conquistados pelo ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos) - anulados, depois do pleito, pelo indeferimento de sua candidatura - não devem corresponder aos votos "nulos" previstos no diploma constitucional.

Ainda segundo as alegações, os votos nulos e brancos, excluídos no cálculo das porcentagens, são manifestações do eleitor que não quer destinar seu voto a nenhum dos representantes por decisão, protesto ou erro.

No entanto, alega a defesa de Paes, não foi isso que ocorreu no Rio. "O eleitor destinou o voto a alguém, e, se depois esse voto perde eficácia, a perda decorre de vício do candidato, não de escolha do eleitor", concluiu.

O pedido solicita que seja votado no sentido de acolher os embargos de declaração e determinar a realização do segundo turno, caso seja reconhecido que os votos de Garotinho não devem ser considerados "nulos" no sentido tradicional.

Entenda o caso das eleições para governador no Rio

A disputa do governo do Rio terminou com a vitória de Douglas Ruas dias depois do primeiro turno das eleições. O resultado se deu após o TSE indeferir a candidatura de Garotinho, terceiro colocado na corrida. Antes da decisão do TSE, Ruas e Paes iam para o segundo turno.

TOMAZ SILVA/ABRASIL



Com a anulação dos 270 mil votos de Garotinho, houve retotalização dos votos e a suspensão do segundo turno. Douglas Ruas foi eleito, então, com 50,88% dos votos, contra 44,16% de Paes.

Paes e sua coligação "Juntos para Mudar Coragem para Reconstruir" têm defendido a realização de um segundo turno para o governo do Rio de Janeiro e protocolaram um recurso no TSE para que o resultado do primeiro turno seja mantido e, consequentemente, haja o segundo turno no Estado.

Além disso, o PSD também entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a anulação dos votos de Garotinho pelo TSE, o que gerou o resultado da eleição.

No último dia 12, o ministro do STF, Cristiano Zanin, negou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) protocolada pelo partido por considerar que ela foi utilizada como substituta de recurso.

Segundo a decisão do magistrado, o PSD utilizou equivocadamente a ação antes de esgotar todos os recursos na Justiça Eleitoral.

ESPECIAL

Economia circular movimenta até R$ 90,7 bilhões no Brasil

e abre oportunidades para a indústria

A economia circular já movimenta entre R$ 31 bilhões e R$ 90,7 bilhões no Brasil, segundo levantamento divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31), realizada em novembro, na Turquia. O estudo aponta que o reaproveitamento de materiais, a redução de desperdícios e a transformação dos processos produtivos têm potencial para diminuir custos empresariais, estimular investimentos e ampliar a competitividade da indústria brasileira.

Intitulado Financiamento para a Economia Circular na Indústria Brasileira, o levantamento identificou um mercado de R$ 884 bilhões em finanças sustentáveis no país. Desse montante, entre 3,5% e 10,3% correspondem a operações relacionadas à circularidade, percentual superior à média mundial, estimada em 2%.

Diferentemente do modelo econômico baseado na extração, produção, consumo e descarte, a economia circular busca prolongar a utilização de produtos e matérias-primas. Na prática, isso permite reduzir gastos com insumos, energia e destinação de resíduos, além de criar oportunidades de negócios em setores como tecnologia, reciclagem e manutenção industrial.

Apesar do potencial econômico, a distribuição dos investimentos ainda apresenta diferenças. Segundo a CNI, 80,8% dos recursos identificados estão concentrados na gestão de resíduos, reciclagem e recuperação de materiais. Outros 11,5% financiam iniciativas de reutilização e reparo, enquanto apenas 7,7% são destinados à prevenção de desperdícios e à eficiência no uso de insumos.

ROVENA ROSA/ABRASIL



Investimentos em economia circular enfrentam desafios de financiamento

A indústria de transformação concentra 46,4% das operações financeiras analisadas, seguida pelos serviços industriais de utilidade pública, com 32,1%. Entre os segmentos beneficiados estão borracha e materiais plásticos, responsáveis por 21,4% das operações, além de tecnologia e tratamento de resíduos, ambos com 14,3%.

Para o superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo, um dos desafios está na identificação dos projetos que podem receber financiamento. Segundo ele, iniciativas relacionadas à circularidade frequentemente são classificadas em outras categorias de investimento.

“Em segundo lugar, o próprio conceito ainda é relativamente novo para a sociedade e frequentemente associado apenas à reciclagem”, afirmou Bomtempo.

O custo do crédito, as exigências de garantias e a ausência de critérios padronizados também dificultam o acesso das empresas aos recursos disponíveis.

Outra pesquisa da CNI, divulgada em junho de 2026, mostrou que 25% das empresas industriais apontam a falta de demanda por produtos circulares como obstáculo à expansão dessas práticas.

No âmbito federal, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) coordena a Estratégia Nacional de Economia Circular, instituída em 2024. O Plano Nacional prevê 18 macro-objetivos e 71 ações voltadas à transformação dos processos produtivos ao longo de dez anos.

A ampliação dessas iniciativas também depende de avanços na gestão de resíduos. Dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), referentes a 2024, apontam a existência de 1.509 lixões no Brasil, evidenciando desafios para o reaproveitamento de materiais.

Para a indústria, a expansão da circularidade representa uma oportunidade de reduzir a dependência de matérias-primas e desenvolver modelos de produção com menor desperdício. Entretanto, a consolidação desse mercado dependerá da ampliação do financiamento e da integração entre empresas, instituições financeiras e políticas públicas.

CONTRATAÇÃO

Advogados: OAB barra intermediação irregular por plataformas digitais

GIOVANNA MASSARO/AE

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) publicou quinta-feira, a primeira regulamentação para sites, plataformas digitais ou empresas de tecnologia e inteligência artificial que trabalham com serviços advocatícios. A norma proíbe a intermediação irregular do trabalho de advogados.

O objetivo é barrar que empresas façam a intermediação dos serviços, assim como a mercantilização da profissão e captação indevida de clientes. Entre os limites impostos, estão, por exemplo, o recebimento de valores honorários por estas plataformas ou a tentativa de administrar o trabalho dos profissionais.

As plataformas também não podem fechar contratos diretamente com o cliente oferecendo serviços jurídicos ou interferir na atuação técnica.

"O desenvolvimento tecnológico e a utilização de inteligência artificial, softwares, plataformas digitais e ferramentas de automação são compatíveis com o exercício da advocacia, desde que preservados a independência profissional, o sigilo, a responsabilidade do advogado e a relação direta entre cliente e profissional ou sociedade de advocacia", escreveu a OAB na resolução.

A ordem definiu que advogados e sociedade de advogados podem contratar empresas de tecnologia, desde que as mesmas não passem a administrar a atividade do advogado, faça intermediação com a clientela ou participe indevidamente dos resultados econômicos da prestação jurídica.

Os advogados, por sua vez, estão proibidos de participar de estruturas empresariais em que a pessoa física ou jurídica responsável não é autorizada a exercer a advocacia e que: estabeleça ou negocie honorários advocatícios, assim como a remuneração do trabalho prestado; atue como intermediária econômica e contratual entre o cliente e o advogado; determine e influencie na escolha de qual profissional prestará serviços ou receba comissão e participação

A norma também estabelece quais serviços tecnológicos são permitidos para:

Licenciamento de software ou plataforma para clientes ou sociedades de advogados;

Prestação de serviços de Legal Operations para gestão de projetos, análise de dados ou suporte administrativo, como para organização;

Uso de plataformas para processos de seleção;

Contratação de correspondentes ou outros advogados por outros advogados, de acordo com normas profissionais;

Qualquer uso que preserve a contratação regular de advogados, assim como a independência profissional, sempre sem a intermediação econômica.

Em nota, a presidente da OAB-RJ, Ana Terezza Basillo, defendeu que a advocacia não pode ser "revendida" como um produto por intermediários ou plataformas. "deixamos claro que a tecnologia e a inteligência artificial são bem-vindas para dar eficiência aos escritórios e aos clientes, mas a relação direta, o sigilo e a independência técnica do advogado são inegociáveis", disse.

ESPANCAMENTO

Manifestantes lotam a Lapa e cobram justiça por André Aires

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Uma manifestação realizada na Lapa, na zona central do Rio de Janeiro, na tarde de quinta-feira, cobrou justiça pelo professor André Aires, que foi espancado por um grupo de homens depois de ter impedido e denunciado a agressão de um deles contra uma mulher.

Estudantes, professores, amigos, familiares e pessoas que se sensibilizaram com o caso reuniram-se empunhando cartazes em apoio ao professor. Foram feitos discursos de apoio a André, relatos de outros casos de violência e, principalmente, pedidos por justiça.

"A violência de gênero não atinge apenas mulheres. Ela também tenta calar pela força quem se recusa a ser cúmplice da barbárie nas ruas. Ao intervir, André fez o que todo cidadão deveria fazer", dizia um dos cartazes. "Vamos juntos meter a colher", dizia outro.

O grupo se reuniu nos Arcos da Lapa para seguir até a Praça da Cruz Vermelha, onde ocorreu o espancamento.

O ato foi iniciativa do diretório acadêmico estudantil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), onde André cursa uma segunda graduação.

ENTENDA

O professor André Aires foi espancado por um grupo de homens no centro do Rio de Janeiro depois de ter impedido e denunciado a agressão de um deles contra uma mulher. Ele estava passeando com os cachorros junto com o namorado.

O caso ocorreu à luz do dia e no meio da rua, nas proximidades da Praça da Cruz Vermelha. A mulher que era alvo das agressões conseguiu fugir do agressor, mas o professor levou sucessivos golpes, como socos e chutes.

Durante a sequência de ataques registrada por câmeras na região, o grupo também agrediu uma mulher na rua.

André sofreu traumatismo craniano, perfuração no pulmão e múltiplos ferimentos. Além disso, foi alvo de ofensas homofóbicas e xingamentos.

O professor foi internado no Hospital Municipal Miguel Couto, na zona sul da cidade.

André Aires tem 42 anos e é professor de incentivo à leitura na rede municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Atuou ainda como substituto na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ESTADO DE SAÚDE

Segundo o último boletim médico, André continua utilizando ventilação mecânica, mas está respondendo bem ao suporte respiratório. A equipe já está conseguindo reduzir gradativamente a intensidade do aparelho.

A função dos rins ainda inspira cuidados, em razão das complicações decorrentes das lesões que ele sofreu. Sobre a parte neurológica, os médicos estão acompanhando André com bastante atenção.

"Sabemos que ainda é um momento delicado e que existem desafios pela frente, mas André continua recebendo todos os cuidados necessários, com acompanhamento permanente da equipe médica.

PROPINA

PF faz buscas contra vice do TCE-RS por venda de telas a escolas

FELIPE DE PAULA/AE

A Polícia Federal deflagrou quinta-feira, a Operação Circuito Paralelo para investigar suspeitas de corrupção, tráfico de influência e associação criminosa envolvendo o vice-presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Edson Brum. Segundo a PF, o conselheiro teria recebido comissões de cerca de 10% sobre contratos para a compra de telas interativas destinadas a escolas públicas de pelo menos 12 municípios gaúchos.

A defesa de Brum afirmou que o conselheiro está à disposição das autoridades e é o maior interessado em esclarecer os fatos. Sustentou ainda que não há acusação formal contra ele e que nenhuma medida judicial impede o exercício de suas funções.

A operação cumpriu seis mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo quatro em Porto Alegre, um em Lajeado e outro em Guaporé. Brum foi alvo das buscas, que também alcançaram a sede do Tribunal de Contas.

Edson Brum foi deputado estadual por cinco mandatos pelo MDB e presidiu a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2015. Entre 2021 e 2022, ocupou o cargo de secretário estadual de Desenvolvimento Econômico no governo de Eduardo Leite (PSD).

Em nota, o TCE-RS afirmou que permanece à disposição das autoridades competentes para prestar as informações solicitadas e ressaltou que suas atividades institucionais seguem normalmente.

As investigações apontam que o conselheiro teria utilizado sua posição institucional e suas relações políticas para intermediar interesses empresariais junto a prefeituras, favorecendo contratações públicas e a liberação de pagamentos a empresas privadas em troca de vantagens indevidas.

De acordo com a PF, os contratos sob suspeita envolvem a aquisição de telas interativas e materiais pedagógicos para escolas municipais. Os investigadores apuram se Brum atuava para viabilizar os negócios e recebia parte das comissões pagas aos representantes comerciais. O percentual médio seria de 10% sobre o valor das vendas.

A investigação também apura possíveis interferências do conselheiro em procedimentos submetidos à fiscalização do próprio Tribunal de Contas, órgão responsável pelo controle das contas públicas estaduais e municipais.

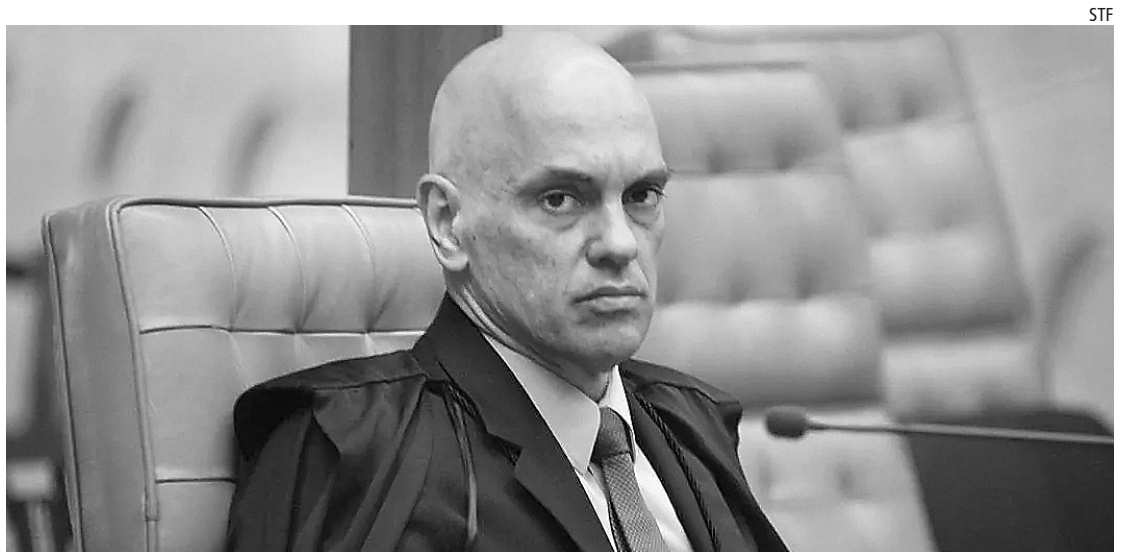
Brum assumiu uma cadeira no Tribunal de Contas em junho de 2022, após a aposentadoria do conselheiro Algir Lorenzon, por indicação da Assembleia Legislativa. Atualmente, ocupa a vice-presidência do órgão.

GOLPISTAS SEM CASTIGO

Moraes pauta para dezembro o julgamento da 'Dosimetria'

LUCI RIBEIRO/AE

STF



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes liberou para julgamento no plenário virtual da Corte, entre 4 e 15 de dezembro, as ações que contestam a chamada Lei da Dosimetria, informou o gabinete do magistrado em nota.

A decisão ocorre após pedido dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para que Moraes incluísse ainda neste ano na pauta do STF a análise da dosimetria das penas dos condenados pelos atos antidemocráticos do '8 de Janeiro'.

Em comunicado conjunto divulgado nesta semana, Alcolumbre e Motta "ressaltaram a importância de uma decisão do STF sobre a validade da lei aprovada pelo Congresso Nacional". Os três se reuniram na terça-feira.

Moraes é relator de ações que contestam a Lei da Dosimetria, aprovada pelo Congresso em dezembro de 2025 e vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início deste ano.

Em abril, o Congresso derrubou os vetos de Lula. No mês seguinte, Moraes suspendeu a aplicação da lei, logo após sua promulgação, até que o STF analise as ações contrárias à medida.

DINHEIRO INDEVIDO

Câmara cobra devolução de R$ 5,5 mil de Alexandre Ramagem

LÓREN SOUZA/AE

A Câmara dos Deputados notificou o ex-deputado e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem (PL-RJ) para a devolução de R$ 5.597,39 referentes a "recebimentos indevidos" durante o mandato. A notificação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) quinta-feira.

O aviso dá um prazo de 20 dias para que Ramagem entre em contato para devolver o valor ou para apresentar defesa. O não cumprimento ocasionará o encaminhamento do débito à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União e demais medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial.

Ramagem fugiu para os Estados Unidos em setembro de 2025, mesmo com a proibição de deixar o País. Em novembro do mesmo ano, foi decretada sua prisão preventiva após a conclusão da sua condenação a 16 anos por participação na tentativa de golpe de Estado.

No início do ano, Ramagem chegou a ser preso pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas (ICE), mas foi liberado.

SÃO PAULO

Justiça torna réu homem que matou sobrinha-bisneta de Faria Lima

ANA MAGALHÃES/AE

A Justiça de São Paulo tornou réu quinta-feira, Eric Conrado Alves de Almeida, de 41 anos, acusado de matar a ex-namorada, a advogada Anna Gabriela Faria Lima, de 29, e o filho dela, Raphael Faria Lima Ferrari, de 6, em Cotia, na região metropolitana da capital paulista. A decisão também determinou a prisão preventiva do acusado, que está detido desde 4 de novembro. A reportagem tenta localizar a defesa do empresário. O espaço segue aberto.

Anna Gabriela era sobrinha-bisneta do brigadeiro José Vicente de Faria Lima, que foi prefeito da capital paulista entre 1965 e 1969 e dá nome à famosa avenida na zona oeste. As vítimas foram encontradas sem vida no apartamento em que moravam, localizado no bairro Lajeado, em Cotia, no dia 3 de novembro. O caso está em segredo de Justiça.

Laudo indicou que vítimas morreram por asfixia

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) apresentou a denúncia contra Eric nesta semana e a 1ª Vara Criminal de Cotia aceitou o pedido.

A Promotoria apontou prova de materialidade e indícios de autoria suficientes. Eric é acusado de feminicídio em relação à ex-namorada e de vicaricídio (assassinato de filhos ou parentes com o objetivo de punir ou atingir mulheres) no caso do enteado. Os crimes foram denunciados com qualificadoras.

No documento, o qual o Estadão teve acesso, o promotor Felipe Bragantini de Lima afirmou que o laudo necroscópico apontou que as vítimas foram mortas por asfixia.

"Eric Conrado Alves de Almeida, com emprego de meio cruel, matou Raphael Faria Lima Ferrari, criança de 6 anos de idade, filho de Anna Gabriela Faria Lima, com o fim específico de causar sofrimento e punição a Anna Gabriela, no contexto de violência doméstica e familiar, mediante asfixia mecânica compatível com sufocação direta, conforme laudo de exame necroscópico", escreveu.

O MP-SP ainda solicitou a conversão da prisão temporária em preventiva, tendo em vista a "periculosidade" do suspeito como justificativa para a manutenção da prisão.

Entre os pontos apresentados pela promotoria está um episódio em que Eric ameaçou um ex-vizinho de Anna Gabriela com arma de fogo, no dia 3 de fevereiro deste ano. Na época, o morador relatou, no boletim de ocorrência, que o empresário o intimidou após uma crise de ciúmes e acreditar que ele estava olhando para a advogada. A Polícia Militar foi acionada, mas não localizou a arma durante a ocorrência.

CORTE DE GASTOS?

Justiça derruba liminar que proibiu licitação de iPhones para o Senado

GIOVANNA MASSARO/AE

A desembargadora Maria do Carmo Cardoso, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), derrubou quinta-feira, a liminar que havia proibido a licitação de serviços e aparelhos telefônicos, entre eles 95 iPhones de última geração, para o Senado Federal. O valor do contrato licitatório revelado pelo Estadão poderia chegar a R$6 milhões.

Na última quarta-feira,a 18ª Vara Federal Cível em Brasília suspendeu a licitação, aceitando a ação judicial do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG). Na decisão, o juiz Arthur Pinheiro Chaves barrou a prática da homologação, adjudicação e assinatura do contrato.

Em decisão posterior, publicada quinta-feira, a presidente do TRF-1 afirmou que o pedido de derrubada imediata da liminar foi feito pelo próprio Senado Federal, que sustentou "que a decisão ocasiona grave lesão à ordem e à economia públicas, por comprometer contratação essencial ao funcionamento administrativo da Casa Legislativa'.

No pedido, o Senado argumentou ter planejado o procedimento licitatório com estudos técnicos e pesquisas de preços. A Casa justificou a licitação com a necessidade da continuidade da plataforma digital usada e "de assegurar recursos adequados de comunicação aos parlamentares e servidores". O Senado também argumentou, no pedido, que a entrega dos aparelhos está planejada para uma data próxima, em janeiro de 2027.

Na tomada da decisão para derrubar a liminar, a desembargadora alegou que a paralisação do processo licitatório em data próxima a renovação do Senado, pode caracterizar uma "grave lesão" à ordem administrativa. Maria do Carmo afirma que a licitação é destinada a assegurar serviços essenciais ao funcionamento da Casa legislativa.

"É evidente que a autonomia institucional não afasta o controle jurisdicional da legalidade dos atos administrativos, especialmente daqueles relacionados à aplicação de recursos públicos. Entretanto, impõe que a intervenção judicial observe os limites próprios do controle de legalidade e considere as consequências práticas de suas determinações, particularmente quando estas possam comprometer o planejamento e a continuidade das atividades institucionais", afirmou a desembargadora da decisão.

Ela defende que a licitação foi planejada, e que impedi-la de ser finalizada pode atrapalhar o cronograma parlamentar, mesmo que o atual contrato licitatório, firmado em 2022, possa ser prorrogado até o fim de fevereiro de 2027. "Assim, presentes a plausibilidade da pretensão suspensiva e a urgência da medida, bem como demonstrado o risco de grave lesão à ordem administrativa", declarou.

No dia 10 de outubro, o Estadão revelou a licitação que estava em andamento no Senado, de 95 iPhones e 330 celulares de outras marcas para parlamentares e servidores, assim como modems e chips em regime de comodato, isto é, emprestados por pelo menos 4 anos.

Em seguida, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) contestou na justiça algumas características do edital, como a legalidade das especificações técnicas e de marca descritas no texto.

GOVERNO FEDERAIS

Câmara aprova regras para transição entre mandatos da Presidência da República

GIOVANNA MASSARO/AE

A Câmara dos Deputados aprovou quarta-feira, a redação final do projeto que impõe regras para o período de transição entre governos federais. A proposta segue para o Senado Federal.

O texto final, sob relatoria da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), estabelece regras para a transição, ou seja, o período em que a administração titular deve passar as informações necessárias para o presidente eleito.

Entre as normas, o projeto estabelece que a gestão que sai tem o dever de facilitar a transição, sob a possibilidade de sofrer punições, como cobrança de multa e sanções administrativas e legais.

Devem ser proporcionados os acessos "às instalações materiais e a todas as informações administrativas pertinentes à gestão que se encerra, digitais ou não, inclusive relativas à prestação de serviços de terceiros, bem como de prestar o apoio técnico e administrativo necessário aos seus trabalhos".

O projeto estabelece que o titular do cargo e o candidato que venceu o pleito têm um prazo de 72h após a eleição para definir os integrantes das equipes de transição.

O grupo, por sua vez, deve ser composto por membros indicados pelos dois, e supervisionado por dois coordenadores, sendo um escolhido pelo presidente que sai e outro pelo presidente eleito.

Além disso, o texto afirma que os membros das equipes não receberão salário referente ao trabalho, caso não sejam os servidores públicos, que já têm remuneração que deve ser mantida.

O projeto original é de Chico Alencar (PSOL-RJ), e começou a tramitar no Congresso em 2007.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Ligação com Vorcaro

Master: Fachin envia à PGR citações a 4 ministros do STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, decidiu quinta-feira enviar à Procuradoria-Geral da República (PGR) quatro relatórios produzidos pela Polícia Federal (PF) sobre menções a ministros da Corte em conversas encontradas no celular de Daniel Vorcaro.

Os relatórios referem-se às citações aos nomes dos ministros Alexandre de Moraes, André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli.

Caberá ao procurador-geral, Paulo Gonet, avaliar o material e tomar as providências que achar necessárias, entre elas, a solicitação de arquivamento por falta de provas ou eventual pedido de abertura de investigação, que precisará ser aprovado previamente pelo plenário do Supremo.

Fachin também decidiu arquivar seis relatórios que tratam das menções aos ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e ao próprio Fachin. A decisão do presidente está em segredo de Justiça e as justificativas para o arquivamento não foram divulgadas.

O teor dos relatórios está em sigilo, e não é possível saber qual o contexto das citações e o grau de envolvimento dos ministros com Vorcaro ou com pessoas que trabalhavam para o ex-banqueiro, preso pelas investigações que envolvem o Banco Master.

Os relatórios foram entregues na quarta-feira pela cúpula da PF ao presidente do Supremo, que é relator temporário do caso Master.

Ministério

Governo Lula lança campanha para proteger mulheres no meio digital

IARA BALDUINO/ABRASIL

O Ministério das Mulheres lançou quinta-feira a campanha 21 Dias de Ativismo com o tema Conectadas, Seguras, Vivas. O foco este ano é a violência contra mulheres e meninas nos meios digitais.

Dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 mostram que as denúncias de violência ocorrida no ambiente virtual cresceram 36,5% entre 2025 e outubro de 2026. Foram 4.575 denúncias em todo o ano passado contra 6.245 até outubro deste ano. Quase metade das vítimas eram mulheres negras (49%), sendo 38,7% pardas e 10,3%, pretas. As mulheres brancas respondem por 36,3% das denúncias.

Os dados também mostram que 27,6% dos agressores eram ex-companheiros, o que mostra como a violência digital também está presente nas relações afetivas.

Segundo o ministério, a campanha foi estruturada em três eixos: a defesa do direito de mulheres e meninas de estarem conectadas com segurança; à prevenção e o enfrentamento de diferentes formas de violência na internet; e a proteção à vida, à dignidade e à autonomia das mulheres.

"Quando a gente fala das violências, a gente fala muito do feminicídio, que é o fim da linha. Mas o que vem antes, e que nós temos que trabalhar muito, é a perspectiva de prevenção, de atenção, de atendimento, de fortalecimento das redes de serviços públicos e governamentais", afirmou a ministra das Mulheres, Márcia Lopes.

A mobilização é uma parceria entre os ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, e dos Direitos Humanos e da Cidadania e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, com apoio da ONU Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), além de organizações da sociedade civil e coletivos de mulheres.

MENINAS

Durante a campanha, haverá o lançamento do Guia de Supervisão Parental, voltado a orientar as famílias e responsáveis sobre os riscos enfrentados pelas meninas nos ambientes digitais e formas de protegê-las. O guia traz temas como acompanhamento familiar, diálogo, educação digital, prevenção à situações de assédio, ameaças, perseguição, chantagem, exposição indevida de imagens íntimas e outras formas de violência praticadas nas redes.

O material apresenta ainda aplicativos que ajudam pais e responsáveis a supervisionar os aparelhos celulares das meninas e traz um guia de como baixar, configurar e utilizar esse tipo de tecnologia.

PARCERIA COM A EBC

As mobilizações começam nesta sexta-feira (20), Dia da Consciência Negra, e vão até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Entre as iniciativas estão o projeto radiofônico Escuta Mulher e a série Com Todo Respeito, uma parceria entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o Ministério das Mulheres.

No dia 4 de dezembro, em Fortaleza, o ministério também vai apresentar, juntamente com o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), o relatório nacional sobre o caso Maria da Penha, com foco na memória, reparação e prevenção da repetição da violência. Maria da Penha foi vítima de uma dupla tentativa de feminicídio em 1983, violência que a deixou paraplégica. A busca dela por justiça se tornou um símbolo da luta pelo fim da violência contra mulheres e resultou, em 2006, na criação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha.

Visita a Raoni

Lula regulariza terra do povo Kayapó e promete dignidade aos indígenas

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

RICARDO STUCKERT/PR



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, quinta-feira, avançar no tratamento do Estado aos povos indígenas do Brasil. Segundo o presidente, no seu próximo mandato, que se inicia em 5 de janeiro, o governo irá visitar as comunidades indígenas, mapear os problemas e ajudar a solucioná-los.

"Além de demarcar, é preciso a gente visitar cada comunidade indígena neste país, fazer o levantamento dos problemas que ele tem. Problema de saúde, de educação, de trabalho, problema de plantar, pescar, comer. Nós queremos provar que vamos mudar o padrão do tratamento aos povos indígenas", disse o presidente.

Lula esteve no município de Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, para assinar a portaria declaratória da Terra Indígena Kapôt Nhĩnore, território do povo Mẽbêngôkre (Kayapó), ao qual pertence o Cacique Raoni Metuktire.

O presidente afirmou que é preciso ensinar os indígenas a pescar e a plantar da forma mais moderna possível. E, se a terra tiver riquezas, ajudar os indígenas a extraí-las para benefício das suas comunidades e não para o Estado.

"Não é justo a gente demarcar a terra de vocês e vocês continuarem passando fome, sofrendo, bebendo água sem qualidade, dormindo em cama de pedaço de pau. Não é justo", disse.

"O que a gente quer dar nesse próximo mandato é cidadania. Sem permitir que vocês percam a cultura milenar que vocês têm. A luta continua, mas a vida vai melhorar. Esse é meu compromisso com vocês", completou.

DEMARCAÇÃO

Localizada na divisa entre Mato Grosso e Pará, a Terra Indígena Kapôt Nhĩnore, demarcada hoje, abrange áreas dos municípios de Vila Rica (MT), Santa Cruz do Xingu (MT) e São Félix do Xingu (PA).

O território tem 362.243 hectares, dos quais 83% preservam cobertura florestal. A área também abriga locais sagrados para o povo Mẽbêngôkre, como cemitérios antigos.

O presidente ainda criticou aqueles que, segundo ele, diziam que era uma terra muito extensa para uma comunidade muito pequena, de cerca de 60 pessoas.

"Não importa que seja apenas uma pessoa. Os 8,5 milhões de quilômetros quadrados [do território brasileiro] eram todos dos indígenas. Portanto, o fato de a gente demarcar as terras indígenas, a gente está apenas dando a vocês o direito e a dignidade que vocês nunca deveriam ter perdido", completou.

Lula afirmou que ainda terá "uma briguinha pra fazer" em relação ao território. Ele se referiu a pouco mais de 200 propriedades localizadas dentro da terra indígena, com ação de posse correndo no Supremo Tribunal Federal (STF). "Mas a gente vai trabalhar muito para resolver isso definitivamente", prometeu.

A regularização do território é reivindicada há décadas. Nos anos 1950, o avanço das frentes colonizadoras sobre a bacia do Xingu provocou a retirada dos indígenas da região, que acabou excluída do perímetro da vizinha Terra Indígena Capoto/Jarina quando esta foi regularizada na década de 1990.

O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) foi aprovado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em julho de 2023. Em 6 de outubro de 2026, a 12ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) validou por unanimidade a regularidade dos estudos realizados para a identificação e delimitação da Terra Indígena Kapôt Nhĩnore.

A assinatura da portaria declaratória representa, assim, mais uma etapa no processo de reconhecimento oficial do território.

CACIQUE RAONI

Além de assinar a regularização do território, Lula visitou Raoni, que foi uma das pessoas que subiram com o presidente a rampa do Palácio do Planalto na posse para seu terceiro mandato, em 1º de janeiro de 2023.

Em abril de 2025, Lula condecorou Raoni com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, maior honraria do Estado brasileiro, em reconhecimento às realizações do líder indígena em favor dos povos originários e da proteção do meio ambiente.

Raoni tem 94 anos e é uma das principais lideranças indígenas brasileiras e há décadas atua na defesa dos povos indígenas, dos territórios e da floresta. Sua trajetória ganhou reconhecimento internacional pela atuação em defesa da Amazônia e dos direitos indígenas.

Recentemente, ele foi diagnosticado com câncer no aparelho digestório e recebe cuidados paliativos em casa. Ele chegou a ser internado no dia 15 de junho em estado grave, mas apresentou melhora e voltou para casa exatamente um mês depois.

Lula disse que ficou "agoniado" em saber da internação de Raoni, porque gostaria de demarcar o território que ele nasceu ainda com ele vivo. "Agradeço a Deus ter me dado a chance de poder falar com ele ainda vivo e dizer 'nós estamos legalizando a sua terra'", disse o presidente. Lula afirmou que o indígena de 94 anos é o "brasileiro mais legítimo" que existe hoje.

"O Raoni é o indígena vivo que melhor representa a tradição indígena desse país. Não tem um brasileiro mais legítimo do que o companheiro Raoni. Ele representa o passado, o presente. As ideias dele, as coisas que ele pensava, representam o futuro do povo indígena desse país".

Wellington Dias

Lula exonera ministro do Desenvolvimento Social a pedido

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



LÓREN SOUZA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exonerou o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (**foto**). A saída do cargo é temporária e ocorreu a pedido do próprio Dias. A exoneração foi publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* quinta-feira.

Segundo nota da pasta, o afastamento ocorre para o "cumprimento de compromissos no Senado", relacionados à destinação de emendas parlamentares. O retorno dele está previsto para a próxima semana, conforme alinhamento realizado com a Presidência da República.

O ministério de Wellington Dias é responsável por ações de políticas de assistência social, segurança alimentar, transferência de renda e inclusão socioeconômica. O Bolsa Família, o Cadastro Único (CadÚnico) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão entre os programas geridos pela pasta.

Campus Pampulha

Mais de 20 computadores são furtados de laboratórios da UFMG; PF investiga

ANA MAGALHÃES/AE

Vinte e um computadores foram furtados do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no campus Pampulha, em Belo Horizonte, no último fim de semana. A Polícia Federal (PF) investiga o caso

Em nota, a UFMG informou que estão sendo adotadas medidas para reforçar a segurança e que nenhuma atividade foi interrompida nos laboratórios da unidade.

Segundo o boletim de ocorrência, o furto foi constatado na última segunda-feira, pelo servidor responsável pelo setor. A PF informou que ainda não há informações sobre possíveis suspeitos ou sobre as circunstâncias do crime.

Em depoimento, o servidor contou que a última ronda de segurança nas dependências do prédio foi realizada na sexta-feira, 13, por volta das 23h.

Ainda de acordo com ele, no sábado, 14, por volta das 7h, uma funcionária responsável pela limpeza percebeu que as portas de alguns laboratórios estavam abertas, mas não havia sinais aparentes de arrombamento. O servidor também relatou que o prédio conta com poucas câmeras de monitoramento e as imagens ficam armazenadas por 48 horas. A perícia técnica foi acionada.

CONTROLE DE ACESSO

Em nota, a PF comunicou que instaurou inquérito, realizou a perícia e as investigações seguem em andamento. Já a UFMG afirmou que, além de reforçar a segurança, aprimorou o controle de acesso ao prédio. Também é viabilizada a reposição dos equipamentos.

"Não há restrições às atividades acadêmicas nos laboratórios da unidade. A Diretoria da Face reafirma seu compromisso com a segurança da comunidade universitária", escreveu.

Mundo

AMEAÇA

Arábia Saudita condena ataques houthis em Riad

PEDRO LIMA/AE

O Ministério das Relações Exteriores da Arábia Saudita condenou os ataques realizados pelos rebeldes houthis contra instalações civis e econômicas e áreas residenciais da capital, Riad, que provocaram danos materiais ao Distrito Financeiro Rei Abdullah. Em comunicado publicado quinta-feira, no X, a pasta classificou as ações como "terroristas" e manifestou forte desaprovação à continuidade das ofensivas.

O governo saudita reafirmou seu "direito pleno e legítimo" de adotar todas as medidas necessárias para defender sua soberania, preservar suas capacidades nacionais e garantir a segurança de cidadãos e residentes. Segundo o comunicado, o país não tolerará agressões contra seu território ou suas instalações e poderá responder em conformidade com o direito internacional.

A chancelaria também pediu à comunidade internacional e aos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) que assumam suas responsabilidades, implementem as resoluções pertinentes e condenem os ataques houthis. Para Riad, as ações do grupo representam uma ameaça à segurança regional e global.

QUINTAL DOS EUA

Trump amplia 'garras' na AL após 'aquisição' da Venezuela

PEDRO LIMA/AE

Os Estados Unidos intensificaram nos últimos dias sua atuação militar e diplomática na América Latina, com uma visita do secretário de Guerra, Pete Hegseth, ao Equador, um dia após Washington e Caracas anunciarem a retomada da cooperação militar. O movimento ocorre depois de o presidente norte-americano, Donald Trump, referir-se à Venezuela como uma "aquisição", ao exaltar o aumento da oferta de energia dos EUA para aliados, incluindo as Filipinas.

Em Quito, Hegseth reuniu-se com o presidente equatoriano, Daniel Noboa, para discutir segurança regional e combate ao narcotráfico. Em publicação no X, o chefe do Pentágono reafirmou o apoio americano à luta do Equador contra organizações classificadas por Washington como narcoterroristas e defendeu o fortalecimento da segurança nas fronteiras.

O Equador integra o chamado Escudo das Américas, coalizão de segurança lançada por Trump para coordenar operações militares e compartilhar informações de inteligência contra organizações criminosas no continente.

Na quarta-feira, Hegseth anunciou em Caracas um acordo para restabelecer a cooperação militar com o governo interino de Delcy Rodríguez, mais de dez meses após a captura de Nicolás Maduro por forças americanas. O entendimento deve incluir treinamentos conjuntos e compartilhamento de inteligência, embora o Pentágono não tenha divulgado seus termos.

A ofensiva diplomática também passou pela Colômbia, onde Hegseth discutiu a cooperação bilateral em segurança. Segundo a AFP, o secretário deve entregar ao governo colombiano uma aeronave militar Hércules C-130 em meio às operações de Bogotá contra grupos armados.

As iniciativas reforçam a estratégia de Washington de ampliar sua influência regional, especialmente na Venezuela, onde a aproximação também envolve interesses americanos no setor petrolífero.

GUERRA

Irã condiciona retorno a discussões sobre programa nuclear a Ormuz

PEDRO LIMA/AE

O porta-voz da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) general Hossein Mohebi afirmou quinta-feira, que Teerã não pretende retomar discussões sobre seu programa nuclear enquanto a situação do Estreito de Ormuz não for resolvida. "Enquanto a questão de Ormuz não for resolvida, não entraremos em discussões sobre a questão nuclear", declarou em comunicado enviado via Telegram.

Mohebi também afirmou que os Estados Unidos sofreram derrotas nos níveis tático e estratégico durante o conflito recente. Segundo ele, as forças iranianas conseguiram identificar e atingir pontos centrais da rede de poder militar americana, provocando perturbações em uma estrutura considerada "aparentemente impenetrável" e impedindo Washington de alcançar seus objetivos.

O porta-voz advertiu ainda que qualquer nova ação militar contra o Irã receberá uma resposta "pelo menos três vezes" mais intensa Na avaliação do general, os EUA podem realizar novas operações militares para tentar demonstrar conquistas, uma vez que não estariam dispostos a aceitar a perda de sua hegemonia.

Mohebi alegou que os americanos mantinham cerca de 40 embarcações militares no Golfo Pérsico antes da guerra, mas que atualmente nenhuma permanece na região. Ele acrescentou que a situação atual não representa simplesmente um cenário de "nem guerra, nem paz", mas uma modalidade de conflito com características diferentes.

ENCONTRO TRILATERAL

Em reunião, Xi diz que armas nucleares devem ser proibidas

O presidente da China, Xi Jinping, afirmou quinta-feira, que as armas nucleares deveriam ser completamente proibidas e destruídas. A declaração foi feita durante uma reunião com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, em Shenzhen, no sul chinês. Segundo a emissora estatal chinesa CCTV, Xi também defendeu a construção de um mundo livre de armas nucleares.

O encontro entre os três líderes, realizado à margem da cúpula do fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), foi o primeiro do tipo na história e durou cerca de 80 minutos. A reunião abordou temas de segurança internacional, incluindo o controle de arsenais nucleares, a guerra na Ucrânia e o conflito envolvendo o Irã.

Ao falar sobre o assunto, Xi descreveu as armas nucleares como uma ameaça à humanidade e defendeu que os países trabalhem para impedir uma guerra atômica. A posição foi apresentada em um momento em que as três nações concentram os maiores arsenais nucleares do mundo.

Antes da reunião, Trump afirmou que Estados Unidos, Rússia e China estão em uma posição singular para discutir a redução do número de armas nucleares no planeta e diminuir os riscos de utilização desses armamentos. O republicano, no entanto, reconheceu a dificuldade de avançar no desarmamento. Segundo ele, depois que um país desenvolve esse tipo de capacidade, é difícil abrir mão dela.

Trump também mencionou o Irã e reiterou que não permitirá que o país obtenha uma arma nuclear.

Putin, por sua vez, ressaltou que as três potências compartilham a responsabilidade de preservar a paz e a segurança internacionais. O presidente russo também fez referência à aliança entre os países durante a Segunda Guerra Mundial e defendeu a cooperação entre Moscou, Pequim e Washington.

A defesa de Xi pelo fim das armas nucleares ocorre em meio a diferenças entre as três potências sobre o controle de seus arsenais. Embora a China tenha ampliado seu estoque nos últimos anos, sua capacidade nuclear ainda é significativamente menor que a dos Estados Unidos e da Rússia.

Estimativas citadas pela Associated Press apontam que Pequim possui mais de 600 ogivas nucleares, enquanto Washington e Moscou têm, cada um, mais de 5 mil. A diferença é um dos argumentos usados pelo governo chinês para resistir a negociações de desarmamento em condições semelhantes às propostas para as duas outras potências.

Outro fator que pesa nas discussões é o fim, em fevereiro deste ano, do tratado New START, último acordo que estabelecia limites para os arsenais nucleares estratégicos dos Estados Unidos e da Rússia. Trump defende a negociação de um novo pacto, que inclua também a China.

Apesar das declarações favoráveis à cooperação, não houve anúncio de um acordo concreto sobre desarmamento nuclear durante o encontro. Especialistas ouvidos pela Associated Press avaliam que a reunião pode abrir caminho para futuras negociações, mas não deve produzir avanços imediatos.

WISCONSIN

Policial que matou homem negro não será indiciado

Policial que atirou e matou um homem negro de 38 anos em julho, em Wisconsin, nos Estados Unidos, não enfrentará acusações criminais, anunciou a promotoria quinta-feira. A morte do jovem na cidade de Madison gerou protestos por justiça racial e novos apelos por reformas na polícia.

O policial Kiel Baitinger-Peterson, que tem mais de uma década de experiência na área de segurança pública, disparou os tiros que mataram Corey Ruiz em 22 de julho. Baitinger-Peterson era um dos quatro policiais que atenderam a chamadas sobre alguém vasculhando carros estacionados e uma suposta tentativa de roubo, informou a polícia. Eles cercaram Ruiz, que estava de bicicleta.

"Concluo que foi razoável que o policial recorresse à força letal quando essa pessoa resistiu aos policiais, sacou uma faca e não reagiu às múltiplas tentativas de uso de tasers enquanto os policiais tentavam detê-la", afirmou o promotor público do condado de Dane, Ismael Ozanne, em comunicado anunciando sua decisão.

O Departamento de Justiça de Wisconsin informou, imediatamente após o tiroteio, que dois policiais tentaram usar um taser contra Ruiz, mas não tiveram sucesso. Ruiz "brandiu uma faca e feriu" Baitinger-Peterson, informou o departamento.

O advogado de direitos civis Ben Crump, que representa a família de Ruiz e havia pedido que o policial fosse indiciado, afirmou em comunicado que não havia nada nos vídeos que o promotor público lhes mostrou na quinta-feira que justificasse o tiroteio

O médico legista disse à família que, "se o policial não tivesse disparado aquele tiro na cabeça, Corey teria sobrevivido", afirmou Crump. "Foi claramente um uso excessivo da força. Esse homicídio cometido pela polícia em Madison, Wisconsin, foi injustificável, irracional, desnecessário e inconstitucional."

Ozanne disse que chegou a essa decisão após analisar as provas, que incluíram boletins de ocorrência, diagramas, vídeos de vigilância, vídeos das viaturas policiais e vídeos gravados por cidadãos. Os policiais de Madison não usam câmeras corporais.

"Uma pessoa não precisa gostar e/ou concordar com a lei; no entanto, jurei aplicar a lei aos fatos em questão", disse o promotor.

SEGURANÇA

Otan defende manutenção de apoio militar à Ucrânia; Macron cobra garantias

PEDRO LIMA/AE

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, afirmou quinta-feira, que os aliados devem manter o apoio militar à Ucrânia enquanto prosseguem os esforços diplomáticos para encerrar a guerra com a Rússia. Em Berlim, durante coletiva de imprensa antes de reunião da Coalizão dos Dispostos, ele disse que o encontro trataria das negociações de paz e da necessidade de garantir armamentos e outros recursos a Kiev durante o próximo inverno e além.

Segundo Rutte, representantes europeus, dos Estados Unidos e da Ucrânia concordaram, em Abu Dhabi, sobre os próximos passos para as negociações, incluindo a participação da Europa. Ele também elogiou os esforços do presidente americano, Donald Trump, e de seus enviados Steve Witkoff e Jared Kushner para alcançar um acordo.

Questionado sobre a reunião trileteral na China envolvendo Trump e os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da China, Xi Jinping, Rutte disse não estar preocupado, argumentando que é normal que líderes de potências nucleares se reúnam.

Paralelamente, em publicação no X, o presidente da França, Emmanuel Macron, defendeu o reforço do apoio a Kiev, com fornecimento de interceptadores, informações de inteligência e imagens de satélite para proteger civis e infraestrutura. "Essa é a nossa responsabilidade como Coalizão. É também a responsabilidade de nossos aliados americanos", afirmou.

Macron reiterou a necessidade de garantias de segurança "robustas, política e juridicamente vinculantes" e avaliou que a Ucrânia deve integrar a Otan. "Não haverá solução de paz sem a Ucrânia e sem os europeus", declarou.

FIM DAS TENSÕES

Parlamento da Dinamarca aprova acordo com Groenlândia e EUA

O Parlamento da Dinamarca aprovou, quinta-feira, um acordo - alcançado após árduas negociações - com a Groenlândia e os Estados Unidos para fortalecer a segurança no Ártico e no Atlântico Norte. O passo final visa dissipar meses de tensão decorrentes da pressão exercida pela administração do presidente dos EUA, Donald Trump, em torno de uma possível incorporação, por Washington, da ilha, rica em recursos minerais.

A votação de 109 a 0 no Folketing (parlamento dinamarquês) representa a etapa final: o acordo entrará em vigor assim que os parlamentos da Dinamarca e da Groenlândia o ratificarem, seguido de uma notificação formal aos Estados Unidos por meio de uma nota diplomática. O parlamento da Groenlândia aprovou o acordo no início deste mês, também sem qualquer oposição.

"Hoje é um grande dia", escreveu a primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, no Facebook. "Não foi um processo fácil." Ela afirmou que o acordo respeita a soberania e a integridade territorial da Dinamarca, bem como o direito dos groenlandeses à autodeterminação.

O primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen, escreveu no Facebook que a votação de quinta-feira demonstrou que os groenlandeses conseguem defender firmemente seus direitos, ao mesmo tempo em que encontram soluções por meio do diálogo e da cooperação. "Passamos por um período difícil, durante o qual muitas pessoas aqui em nosso país ficaram preocupadas com o nosso futuro", disse ele. "Espero que a decisão de hoje ajude a trazer mais tranquilidade e uma sensação de segurança."

O acordo trilateral - firmado entre Trump e líderes da Dinamarca e da Groenlândia - abre caminho para a instalação de mais bases norte-americanas na Groenlândia, um território semiautônomo da Dinamarca, país aliado na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). O pacto também ameniza as tensões dentro da aliança atlântica e com a União Europeia (UE), provocadas pelas repetidas sugestões de Trump de que a vasta ilha deveria passar a integrar os Estados Unidos.